

**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO CEARÁ



# Relatório de Desempenho de Gestão

Janeiro a  
Dezembro de  
**2021**

Defensora pública geral do Estado do Ceará  
**Elizabeth das Chagas Sousa**

Subdefensora geral do Estado do Ceará  
**Sâmia Farias Costa Maia**

Secretária executiva  
**Flávia Maria Andrade de Lima**

Diretora da Escola Superior da Defensoria Pública  
e supervisora do Núcleo de Estágio  
**Patrícia de Sá Leitão e Leão**

Assessor jurídico  
**Petrus Henrique Gonçalves Freire**

Assessor de desenvolvimento institucional  
**Victor Matos Montenegro**

Assessora de relacionamento institucional  
**Michele Cândido Camelo**

Assessora de planejamento e controle  
**Denise Sousa Castelo**

Coordenadora das Defensorias da Capital  
**Sulamita Alves Teixeira**

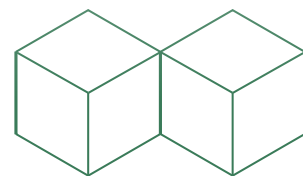
Coordenadora das Defensorias do Interior  
**Sheila Florêncio Falconeri**

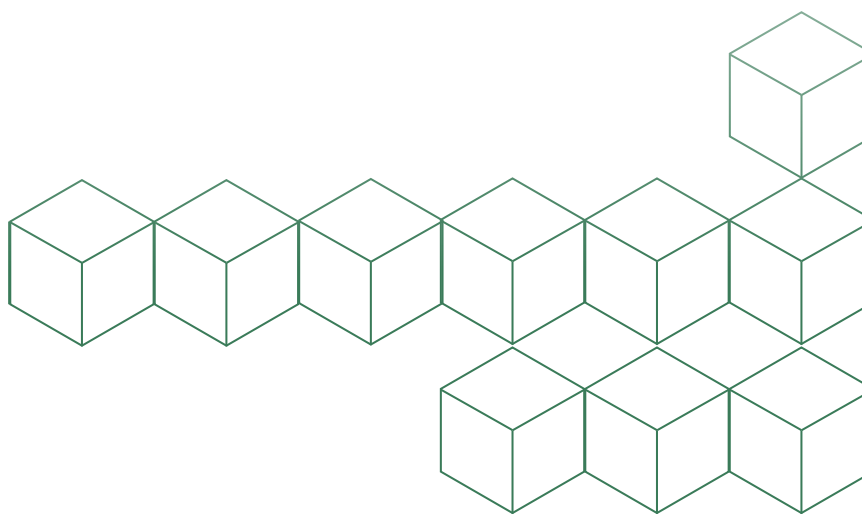
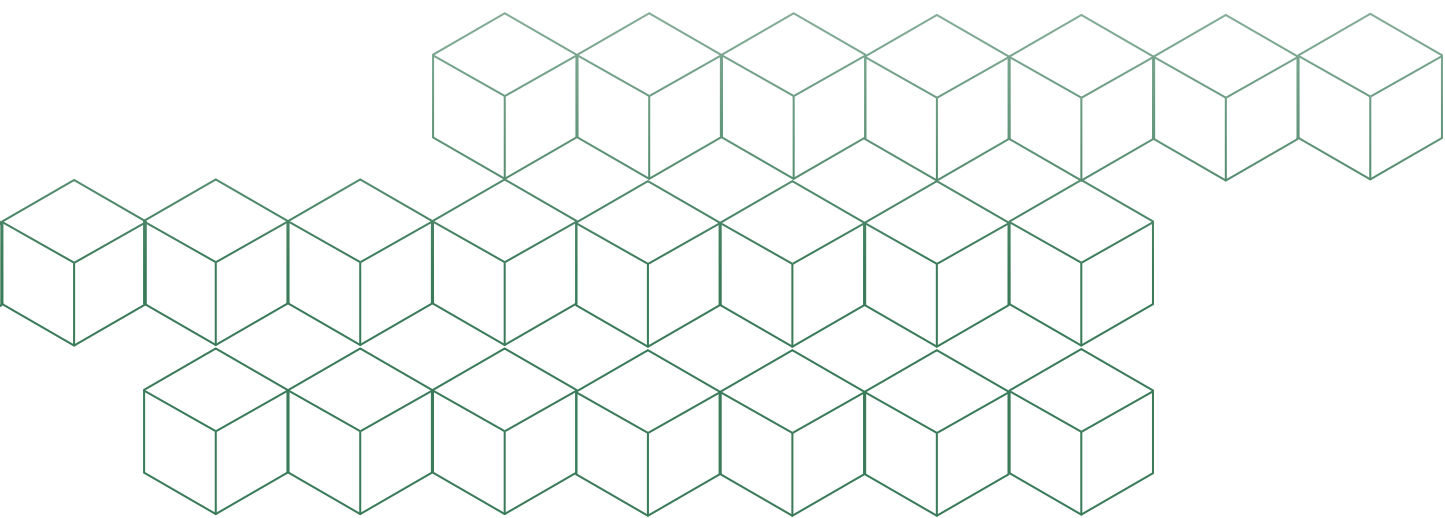
Subcoordenadora das Defensorias do Interior  
**Renata Peixoto do Amaral Botelho Silva**

Coordenadora administrativa-financeira  
**Nídia de Matos Nunes**

Coordenador de tecnologia da informação  
**Elienai Amaro de Sousa**

Assessora de comunicação  
**Bianca Felippsen**





# Sumário

**Palavra da Defensora Geral // 6**

## **1. Descrição geral, missão, finalidade, competência e estrutura organizacional // 8**

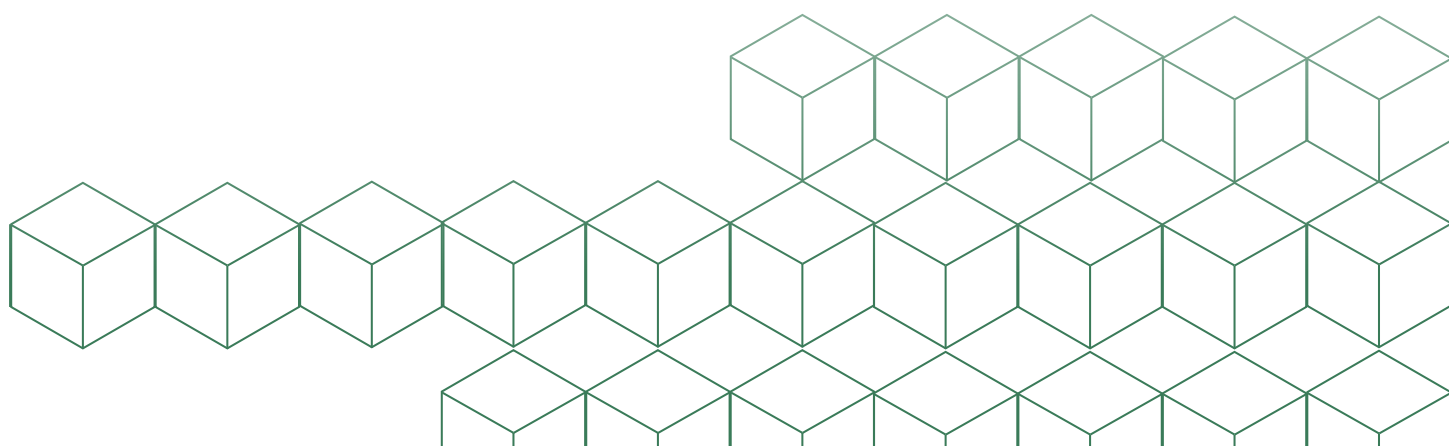
- 1.1. Descrição geral // 8
- 1.2. Missão // 9
- 1.3. Visão // 9
- 1.4. Valores // 9
- 1.5. Competência // 10
- 1.6. Estrutura organizacional // 12

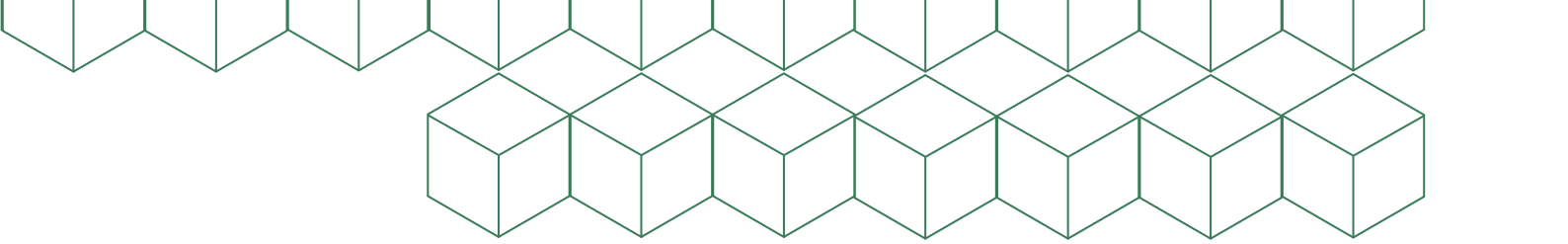
## **2. Estratégias e Planos de Ação, destacando os objetivos e metas físicas e financeiras estabelecidas nos projetos e atividades // 15**

- 2.1. Metodologia // 15
- 2.2. Plano de Atuação // 17
- 2.3. Identidade Organizacional // 19
- 2.4. Estratégias // 21
- 2.5. Matriz de Projetos, Metas e Indicadores // 22
- 2.6. Orçamento Participativo // 28

## **3. Recursos orçamentários e financeiros, indicando suas fontes, recursos patrimoniais, infraestrutura e quadro de pessoal // 32**

- 3.1. Fontes // 32
- 3.2. Recursos patrimoniais // 33
- 3.3. Infraestrutura // 33
- 3.4. Quadro de pessoal // 40





## **4. Execução de programas de governo, projetos e atividades privilegiando os resultados alcançados, com indicação dos recursos orçamentários e financeiros utilizados // 41**

4.1. Execução dos programas de governo // 41

4.2. Execução dos projetos e atividades // 42

## **5. Indicadores de gestão e de desempenho que permitam aferir a eficiência, eficácia e economicidade das ações // 51**

5.1. Indicadores de Gestão // 51

5.2. Indicadores de Desempenho // 58

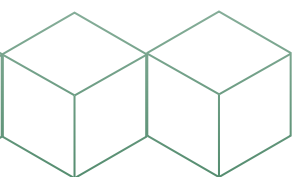
## **6. Demonstrativo de Fluxo Financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos individualizados, bem como a indicação de contrapartida estadual, se for o caso // 65**

## **7. Demonstrativo das transferências de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou instrumentos congêneres // 69**

## **8. Relatório de desempenho de gestão dos órgãos ou entidades supervisoras que mantenham contrato de gestão com organizações sociais na forma da Lei 12.781/97, bem como relatórios gerencial e de atividades // 70**

## **9. Conclusão // 70**

## **10. Referências Bibliográficas // 73**





## Palavra da Defensora Geral

Quantos desafios! Chegar aos 500 dias de pandemia, em meio a gestão à frente da Defensoria Geral, é motivo de alegria, orgulho, alento e fôlego, porque estamos com saúde, porque temos - apesar das dolorosas perdas - mantido nossas portas (virtuais) abertas e encontrando novas oportunidades de resistir e existir na vida de quem mais precisa. Reconhecer os nossos avanços é comemorar a existência desta Defensoria de luta e esperar, como disse Paulo Freire, para que dias melhores cheguem.

João do Cumbe, combativa liderança quilombola do Aracati, também nos lembrou isso no Orçamento Participativo 2021, iniciativa que foi consolidada como Lei: “a Defensoria é um órgão que traz para a população respostas necessárias, apoio e esperança”. É o que precisamos nestes tempos difíceis: esperança. Onde o medo nos avizinha, levamos alento. Onde a vida parece encerrar, levamos direitos aos que ficam. Esperançar nos mantém de pé para dar voz a tantas

pessoas vulnerabilizadas e cumprir a Emenda Constitucional nº 80/2014 onde todos os 184 municípios do Ceará com defensoras e defensores. Crescemos juntos e um novo concurso se avizinha prometendo pintar o Ceará ainda mais de verde.

Em 2021, comemoramos ainda os 24 anos da DPCE e avançamos com a plantão defensorial para mais 19 cidades, no modelo de Defensoria de Apoio Remoto, projeto que amplia a atuação no interior. Instituímos protocolos, parcerias, novos projetos e não paramos. Inserimos a Defensoria nos Comitês, no debate público sobre direitos e seguimos, em diálogo com a sociedade, com litigância estratégica, atuação vigorosa de tutela individual e coletiva de direitos dos mais vulneráveis. O avanço da pandemia da Covid-19 mostrou ainda mais nossa fundamentalidade. A Defensoria avançou, se reinventou e promoveu o acesso à justiça, através de soluções extrajudiciais, atendimentos remotos, acesso à saúde e diálogos por políticas públicas.

Entre os avanços legislativos, destaco a lei que permitiu nomear novos defensores, a lei de criação do Diário Oficial da Defensoria e a aprovação da Emenda Constitucional que garantiu a desoneração do custeio da instituição, a chamada PEC da Defensoria. Esta que é a 'menina dos olhos' deste período, porque graças a ela conseguimos seguir crescendo e fortalecendo a instituição.

A Defensoria em 2021 ultrapassou a marca de 1,1 milhão de atuações. Número este que, por si só, evidencia o quanto a pandemia ampliou o espectro de vulnerabilidades e o quanto somos uma instituição essencial ao povo cearense. Número também que registra o empenho da gestão e de cada defensora, defensor, colaborador e estagiário para vencer as intempéries e entregar acesso à justiça em todos os seus formatos.

Dito isso, reconheço todo o esforço nestes tempos adversos, em que foi preciso encontrar meios e aquecer o acesso à justiça para todos

e todas. Enquanto instituição, demos os passos largos em protagonismo e resistência. Ainda tem muito por vir e fazer. Gosto muito da tríade destas três palavras juntas: diálogo, construção e luta para que a balança da justiça seja de fato isonômica, equilibrada e justa.





# 1. Descrição geral, missão, finalidade, competência e estrutura organizacional

## 1.1. Descrição geral

A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado à qual incumbe a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados e agrupamentos sociais em condição de vulnerabilidade. Foi criada pela Constituição Federal de 1988 e regulamentada, em sede infraconstitucional, pela Lei Complementar Federal nº 80/94, que define o perfil da instituição e estabelece normas gerais a serem complementadas pela legislação estadual. No âmbito do Estado do Ceará, a Defensoria foi criada e regulamentada pela Lei Complementar Estadual nº 06/97.

Segundo o artigo 134 da Constituição Federal:

*“A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal”.*

Nascida para prestar assistência jurídica gratuita aos mais vulneráveis, a Defensoria possui atualmente um grande leque de atribuições, sendo cada vez mais relevante o seu papel social. A criação e o fortalecimento de uma Instituição de Estado com missão de promover o acesso à justiça, assumindo que para assegurar aos cidadãos direitos e garantias fundamentais proclamados constitucionalmente, sobretudo aqueles inerentes à cidadania plena, à dignidade da pessoa



humana e à primazia dos direitos humanos, é necessário uma gama de atuações.

Deste modo, as funções institucionais previstas na Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública (LCP80/94) dialogam com valores fundamentais que emergem do Estado Democrático de Direito, como a promoção do acesso à justiça, a defesa dos direitos fundamentais de processo corolários da ampla defesa, contraditório e devido processo legal, a prevalência dos direitos humanos, a igualdade material, a defesa de grupos sociais hipossuficientes ou subrepresentados juridicamente, a defesa da pessoa em situação de vulnerabilidade, a primazia da dignidade da pessoa humana, a defesa da cidadania plena, a solução extrajudicial de conflitos e a promoção da paz social.

## 1.2. Missão

Promover a assistência jurídica integral e gratuita a todos os necessitados, prestando serviço público eficiente e eficaz.

## 1.3. Visão


Consolidar-se como Instituição de excelência, reconhecida e valorizada por toda a sociedade como essencial ao sistema de justiça.

## 1.4. Valores

Legalidade, Impessoalidade e Moralidade: obedecer aos princípios constitucionais regentes da Administração Pública, notadamente no que concerne ao zelo pelo interesse público, pela probidade e pela moralidade administrativas.

- **Eficiência e eficácia:** prestar serviço em grau de excelência à população, buscando cumprir os objetivos institucionais, de forma plena e efetiva.
- **Transparência e Publicidade:** praticar os atos com visibilidade, aprimorando os canais de comunicação e transparência.



- 
- **Cooperação:** trabalhar em equipe, compartilhando responsabilidades e resultados.
  - **Ética:** agir com integridade e hígidez moral em todas as suas ações e relações institucionais.
  - **Responsabilidade Socioambiental:** adotar padrões de responsabilidade socioambiental nas ações cotidianas.
  - **Inovação:** permanente processo de reinvenção das rotinas de trabalho para otimizar os recursos disponíveis.
  - **Modernização:** adoção de modelos de gestão administrativos atuais para alcançar a missão institucional.

## 1.5. Competência

Com efeito, as funções institucionais previstas na Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública (LCP80/94) dialogam claramente com valores fundamentais que emergem do Estado Democrático de Direito, como a promoção do acesso à justiça, a defesa dos direitos fundamentais de processo corolários da ampla defesa, contraditório e devido processo legal, a prevalência dos direitos humanos, a igualdade material, a defesa de grupos sociais hipossuficientes ou subrepresentados juridicamente, a defesa da pessoa em situação de vulnerabilidade, a primazia da dignidade da pessoa humana, a defesa da cidadania plena, a solução extrajudicial de conflitos e a promoção da paz social, senão vejamos.

“Art. 4º São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras:

I – prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados, em todos os graus;

II – promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos;

III – promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania

e do ordenamento jurídico;

IV – prestar atendimento interdisciplinar, por meio de órgãos ou de servidores de suas Carreiras de apoio para o exercício de suas atribuições;

V – exercer, mediante o recebimento dos autos com vista, a ampla defesa e o contraditório em favor de pessoas naturais e jurídicas, em processos administrativos e judiciais, perante todos os órgãos e em todas as instâncias, ordinárias ou extraordinárias, utilizando todas as medidas capazes de propiciar a adequada e efetiva defesa de seus interesses;

VI – representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, postulando perante seus órgãos;

VII – promover ação civil pública e todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos quando o resultado da demanda puder beneficiar grupo de pessoas hipossuficientes;

VIII – exercer a defesa dos direitos e interesses individuais, difusos, coletivos e individuais homogêneos e dos direitos do consumidor, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal;

IX – impetrar habeas corpus, mandado de injunção, habeas data e mandado de segurança ou qualquer outra ação em defesa das funções institucionais e prerrogativas de seus órgãos de execução;

X – promover a mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela;

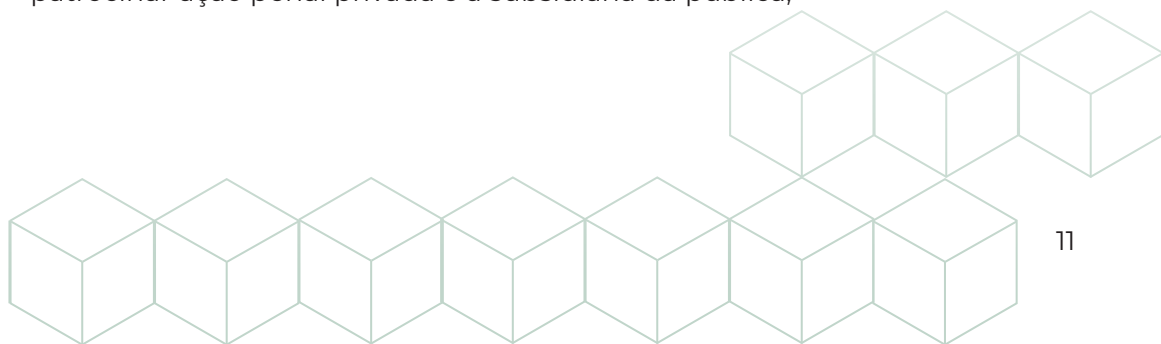
XI – exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa portadora de necessidades especiais, da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado;


XII - (VETADO);

XIII - (VETADO);

XIV – acompanhar inquérito policial, inclusive com a comunicação imediata da prisão em flagrante pela autoridade policial, quando o preso não constituir advogado;

XV – patrocinar ação penal privada e a subsidiária da pública;



- 
- XVI – exercer a curadoria especial nos casos previstos em lei;
- XVII – atuar nos estabelecimentos policiais, penitenciários e de internação de adolescentes, visando a assegurar às pessoas, sob quaisquer circunstâncias, o exercício pleno de seus direitos e garantias fundamentais;
- XVIII – atuar na preservação e reparação dos direitos de pessoas vítimas de tortura, abusos sexuais, discriminação ou qualquer outra forma de opressão ou violência, propiciando o acompanhamento e o atendimento interdisciplinar das vítimas;
- XIX – atuar nos Juizados Especiais;
- XX – participar, quando tiver assento, dos conselhos federais, estaduais e municipais afetos às funções institucionais da Defensoria Pública, respeitadas as atribuições de seus ramos;
- XXI – executar e receber as verbas sucumbenciais decorrentes de sua atuação, inclusive quando devidas por quaisquer entes públicos, destinando-as a fundos geridos pela Defensoria Pública e destinados, exclusivamente, ao aparelhamento da Defensoria Pública e à capacitação profissional de seus membros e servidores;
- XXII – convocar audiências públicas para discutir matérias relacionadas às suas funções institucionais.”

## **1.6. Estrutura organizacional**

A sua Estrutura Organizacional:

### **I - ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR**

- a) Defensoria Pública-Geral do Estado
- b) Subdefensoria Pública-Geral do Estado
- c) Conselho Superior da Defensoria Pública Geral do Estado
- d) Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado

### **II - GERÊNCIA SUPERIOR**

- a) Secretaria-Executiva

### **III - ÓRGÃOS DE ATUAÇÃO**

- a) Defensorias Públicas do Estado
- b) Núcleos da Defensoria Pública do Estado
  - 1. Núcleo da Central de Relacionamento com o Cidadão
  - 2. Núcleos da Defensoria Pública na Capital
  - 3. Núcleos da Defensoria Pública no Interior

### **IV - ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO**

- a) Defensores Públicos do Estado

### **V - ÓRGÃOS AUXILIARES**

- a) Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado
- b) Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Ceará
  - 1. Centro de Estudos Jurídicos e Aperfeiçoamento Funcional
- c) Controladoria-Geral da Defensoria Pública do Estado. (Nova redação dada pela Lei Complementar n.º 171, de 29.12.16)

### **VI - ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO PROGRAMÁTICA**

- a) Coordenadoria das Defensorias Públicas da Capital
- b) Coordenadoria das Defensorias Públicas do Interior

### **VII - ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO**

- a) Assessoria Jurídica
- b) Assessoria de Desenvolvimento Institucional
- c) Assessoria de Planejamento e Controle
- d) Assessoria de Relacionamento Institucional

### **VIII - ÓRGÃOS DE APOIO ADMINISTRATIVO**

- a) Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação
  - 1. Célula de Infraestrutura
  - 2. Célula de Suporte Técnico

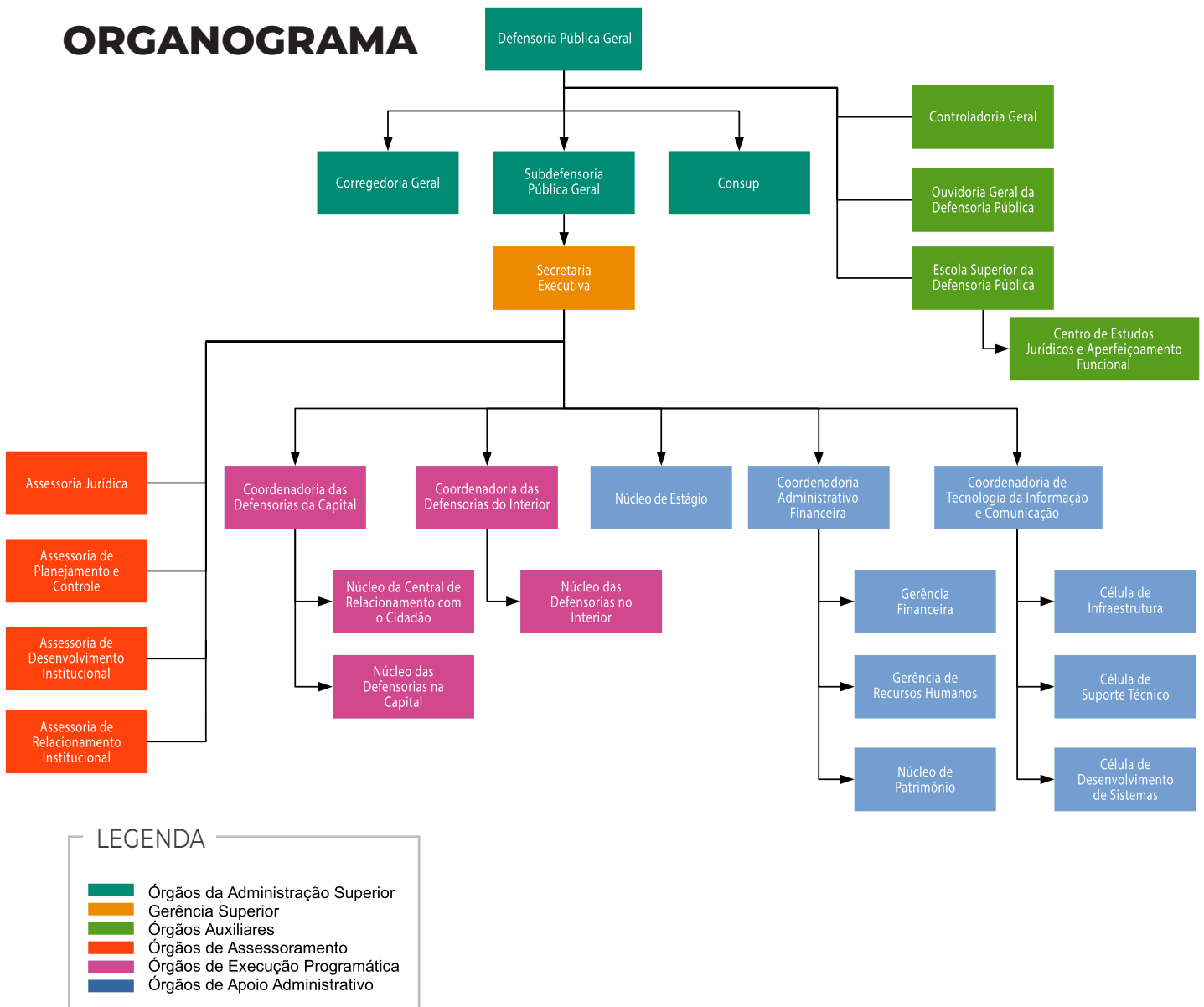


### 3. Célula de Desenvolvimento de Sistemas

#### b) Coordenadoria Administrativo-Financeira

1. Gerência Financeira
2. Gerência de Recursos Humanos
3. Núcleo de Patrimônio

#### c) Núcleo de Estágio



## LEGENDA

- Órgãos da Administração Superior
- Gerência Superior
- Órgãos Auxiliares
- Órgãos de Assessoramento
- Órgãos de Execução Programática
- Órgãos de Apoio Administrativo

Fonte: [http://www.defensoria.ce.def.br/wp-content/uploads/2020/05/organograma\\_2017.jpg](http://www.defensoria.ce.def.br/wp-content/uploads/2020/05/organograma_2017.jpg)

## 2. Estratégias e Planos de Ação, destacando os objetivos e metas físicas e financeiras estabelecidas nos projetos e atividades

### 2.1. Metodologia

Dentro dos princípios da continuidade administrativa, da impessoalidade e da eficiência manteve-se como ferramenta de gestão estratégica a metodologia dos “Indicadores Balanceados de Desempenho” (“Balanced Scorecard” - BSC).

O BSC, desenvolvido em 1992 pelos professores da Harvard Business School (HBS) Robert Kaplan e David Norton, desdobra os objetivos estratégicos, a visão e a missão da organização em indicadores de desempenho para monitoramento estratégico.

O BSC é estruturado em perspectivas organizacionais que refletem o equilíbrio entre objetivos de curto e longo prazo, entre medidas financeiras e não-financeiras, entre indicadores de tendências e ocorrências, entre as perspectivas interna e externa de desempenho.

Este conjunto abrangente de medidas serve de base para o sistema de medição e gestão estratégica por meio do qual o desempenho organizacional é mensurado de maneira equilibrada sob as quatro perspectivas.

Entretanto, e face as peculiaridades dos serviços prestados pela Defensoria Pública, revisou-se parcialmente a terminologia original das 4 (quatro) perspectivas adotadas pelo BSC, adotando-se as perspectivas:

- **Usuário e Sociedade (perspectiva dos clientes):** está intimamente ligada à visão da instituição e a forma com que esta desenvolve relações institucionais com seus usuários e a sociedade em geral. Sua proposta é monitorar a maneira pela qual a instituição entrega o serviço ao usuário e contribui para a sociedade,





definindo indicadores de satisfação e trabalhando em cima dos resultados relacionados ao mesmo;

- **Estruturante (perspectiva dos processos internos):** relaciona-se com a identificação de processos críticos para a realização dos objetivos das demais perspectivas. No presente planejamento foca-se nos processos necessários a plena estruturação dos serviços prestados, em especial a implementação da autonomia, a expansão dos serviços prestados e o aprimoramento da eficiência das práticas administrativas adotadas;

- **Desenvolvimento Institucional (perspectiva do aprendizado e crescimento):** consiste no desenvolvimento de objetivos e medidas para garantir o desenvolvimento institucional da Defensoria Pública, em especial para o cumprimento da obrigação constitucional de ampliação do acesso à justiça. Liga-se diretamente ao investimento em recursos humanos, sistemas, equipamentos, infraestrutura e capacitação e formação profissional dos seus membros e colaboradores;

- **Orçamentária (perspectiva financeira):** prestigia tanto a aplicação eficiente e transparente dos recursos financeiros destinados a Defensoria Pública como o incremento das destinações orçamentárias à mesma, de forma a garantir o tratamento isonômico da Defensoria Pública em relação às demais instituições do sistema de justiça.

As perspectivas acima encontram-se inter-relacionadas, estabelecendo-se estratégias, ações e indicadores que assegurem o atingimento dos objetivos traçados.

Conforme orienta o BSC, as estratégias, ações e indicadores foram agrupados, em uma relação de causa e efeito com as perspectivas, em um Mapa Estratégico correlacionado com a Missão, Visão e Valores da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Por fim detalha-se as metas, os resultados esperados, os indicadores de desempenho, os prazos de execução e os responsáveis em uma Matriz de Proje-





tos, Metas e Indicadores.



O resultado final desenvolvido foi o conjunto de Estratégias, Metas, Ações ou Projetos, Planos de Ação e Indicadores que densificaram o presente Plano de Atuação.

## 2.2. Plano de Atuação

O grande desafio para o presente Plano de Atuação foi a compatibilização entre a Identidade Organizacional da Defensoria Pública do Estado do Ceará (está definida e normatizada pelos artigos 2º ao 4º do Regime Interno da Defensoria Pública do Estado do Ceará), os marcos legais constitucionais (os quais impõe um extenso rol de obrigações à instituição, em particular a expansão de seus serviços como forma de ampliação do acesso à justiça) e o Plano de Gestão construído pela Defensora Pública Geral do Estado por ocasião de seu processo





de escolha em conjunto com os demais membros da carreira, sociedade civil e ouvidoria externa.

Em um primeiro momento cortejou-se os marcos legais constitucionais com a própria Identidade Organizacional da Instituição, verificando a necessidade ou não de alguma redefinição desta última face as novas obrigações constitucionais (em especial a autonomia plena e a necessidade de provimento de serviços a todas as unidades jurisdicionais).

Após verificar-se que a plena compatibilidade da atual Identidade Organizacional com as novas obrigações constitucionais, e em consonância com a mesma, o Plano de Gestão retromencionado foi utilizado para a concepção das Estratégias, Ações ou Projetos, Metas e Indicadores apresentadas no presente Plano de Atuação.

Deste ponto insurgiu a necessidade de, face as peculiaridades dos serviços prestados pela Defensoria Pública bem como os novos desafios trazidos pelas Emendas Constitucionais citadas, revisar parcialmente a terminologia original das 4 (quatro) perspectivas adotadas pelo modelo BSC.





Remodelando-se estas perspectivas organizacionais, as estratégias e metas foram desenvolvidas conforme as diretrizes essenciais do Plano de Gestão, gerando-se então o Mapa Estratégico da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Por último, e para a concretização de cada estratégia, concebeu-se ações operacionais a esta associada. Cada ação, por sua vez, possui indicadores de desempenho, prazos de execução e responsáveis; sendo a mesma detalhada através de um plano de ação e o cronograma a este associado

### 2.3. Identidade Organizacional

A Identidade Organizacional da Defensoria Pública do Estado do Ceará, definida nos artigos 2o a 4º de seu Regimento Interno, refletindo-se em três aspectos:

- **Missão:** é, em essência, o propósito da organização;





- **Visão:** é a direção ou caminho que a instituição pretende percorrer, ou ainda, é o local que a instituição pretende alcançar dentro da sociedade;

- **Valores:** são os princípios comportamentais que a instituição e os seus membros devem adotar no cotidiano de atuação.

Em nome da unidade deste Plano de Atuação, detalha-se a Identidade Organizacional da Defensoria Pública do Estado do Ceará:

<b>MISSÃO</b> (art. 2º, RI DPGE)	Promover a assistência jurídica integral e gratuita a todos os necessitados, prestando serviço público eficiente e eficaz.
<b>VISÃO</b> (art. 3º, RI DPGE)	Consolidar-se como instituição de excelência, reconhecida e valorizada por toda a sociedade como essencial ao sistema de justiça.
<b>VALORES</b> (art. 4º, RI DPGE)	<p><b>Legalidade, Impessoalidade e Moralidade:</b> obedecer aos princípios constitucionais regentes da Administração Pública, notadamente ao que concerne ao zelo pelo interesse público, pela probidade e pela moralidade administrativas;</p> <p><b>Eficiência e Eficácia:</b> prestar serviço em grau de excelência à população, buscando cumprir seus objetivos institucionais, de forma plena e efetiva;</p> <p><b>Transparência e Publicidade:</b> praticar os atos com visibilidade, aprimorando os canais de comunicação;</p> <p><b>Cooperação:</b> trabalhar em equipe, compartilhando responsabilidades e resultados;</p> <p><b>Ética:</b> agir com integridade e higidez moral em todas as ações e relações institucionais;</p> <p><b>Responsabilidade Socioambiental:</b> adotar padrões de responsabilidade socioambiental nas ações cotidianas;</p> <p><b>Inovação:</b> permanente processo de reinvenção das rotinas de trabalho para otimizar os recursos disponíveis;</p> <p><b>Modernização:</b> adotar modelos de gestão administrativos atuais para alcançar a missão institucional.</p>

Fonte: Planejamento Estratégico 2020-2021



## 2.4. Estratégias

As estratégias concebidas para o biênio 2020-2021 além de orientarem a Defensoria Pública do Estado do Ceará no cumprimento de sua Missão, buscarão também direcionar a instituição para o cumprimento das obrigações constitucionais trazidas pelas emendas constitucionais já retromencionadas, em especial a implementação da plena autonomia e o amplo acesso à justiça.

Organizou-se as estratégias segundo interconexões de causa e efeito destas com a Missão e Visão da Defensoria Pública do Estado do Ceará, resultando ao final na confecção do Mapa Estratégico do presente plano.

Houve, em relação aos planejamento anteriores, uma racionalização da quantidade de estratégias adotadas, gerando tanto uma maior eficiência no entendimento do planejamento como uma potencialização da sinergia entre as ações associadas.

Criou-se uma simbologia própria para cada estratégia, que refletiu-se na composição da Matriz de Ações, Metas e Indicadores, criando-se desta forma uma clara correlação entre a estratégia e a ação planejada. Destaca-se ainda que, assim como nos demais biênios contemplados pelo plano de atuação, a Perspectiva Orçamentária (perspectiva financeira) consubstancia-se no pilar central para a execução do planejamento adotado; perpassando todas as demais perspectivas e sendo condição lógica básica das mesmas.



Apresenta-se a seguir o Mapa Estratégico concebido para o Plano de Atuação 2020-2021:



## 2.5. Matriz de Projetos, Metas e Indicadores

Do Mapa Estratégico montado extraiu-se as 48 (quarenta e oito) Ações ou Projetos que implementarão as estratégias concebidas. Frisa-se que muitas ações ou projetos tem caráter transversal, ou seja, sua realização impacta uma ou mais das estratégias elaboradas.

Por sua vez cada Ação ou Projeto encontra-se associado a um Plano de Ação, o qual detalha as etapas e atividades a serem desenvolvidas, as metas, os resultados esperados, os indicadores de desempenho, os prazos de execução e os responsáveis pela ação. Por fim o conjunto destas informações é utilizado no monitoramento do Plano de Atuação.

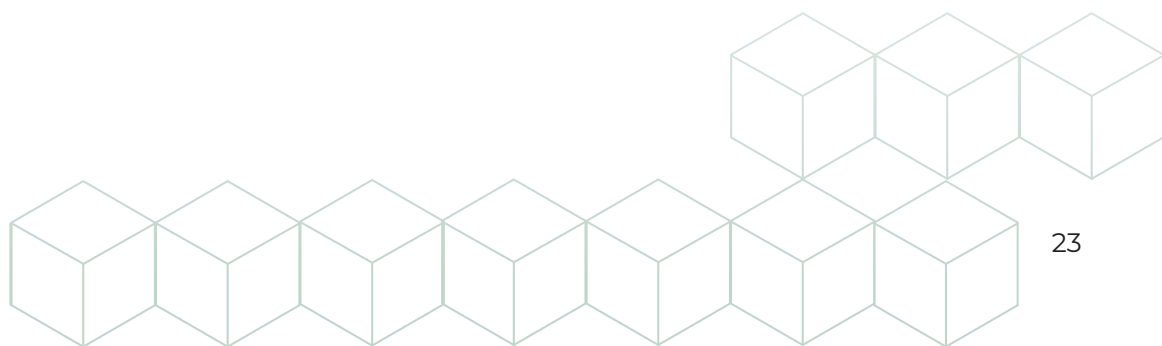
Destaca-se ainda a racionalização dos indicadores de desempenho, os quais foram agrupados em categorias segundo a forma de cálculo dos mesmos; procedimento este que geram uma melhor compreensão do seu funcionamento e portanto otimizando os processos de monitoramento.

Ademais, e considerando a transversalidade das Ações ou Projetos com as Estratégias, criou-se indicadores de desempenho para cada Estratégia considerando-se a intensidade do impacto de cada Ação ou Projeto para a estratégia considerada.

Por fim criou-se um indicativo de desempenho para cada perspectiva considerada no Plano de Atuação, este resultante na média dos indicadores de desempenho das Estratégias associadas a cada perspectiva.

**Tabela 1** - MATRIZ DE INDICADORES E MONITORAMENTO DOS PROJETOS PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DPGE 2020-2021

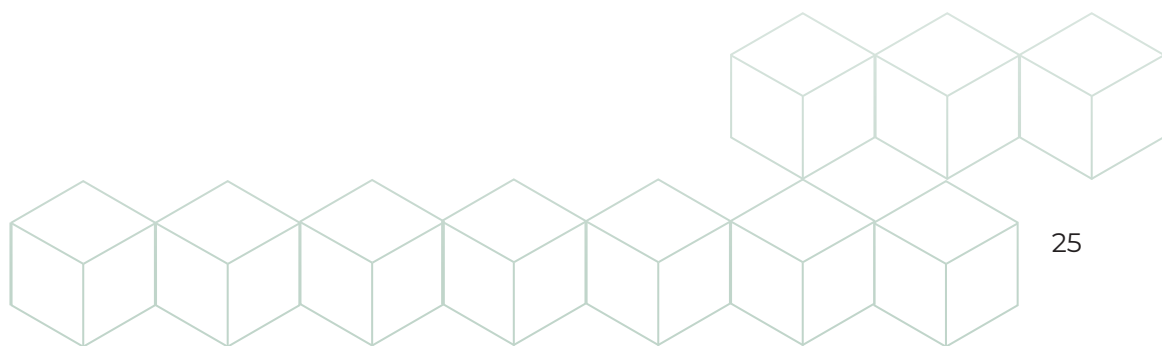
N.	Projeto	Resp.	Ind	Meta	Estratégia	% Exec.
1	Aperfeiçoamento da gestão de Folha de Pagamento	ADINS	IEC	Aperfeiçoamento do Sistema de Folha de Pagamento	ES3 OR2 DI2	33%
2	Continuar a política e institucionalizar o Orçamento Participativo	ARINS	ICO	Envio de minuta de lei com aprovação pela Assembleia tornando obrigatória a prática	OR2 US2	100%
3	Concluir processo de isonomia plena	DPGE	ICO	Envio de projeto de Lei	US1 OR1	0%
4	Aperfeiçoar a Governança e Gestão de TI	COTIN	IEC	Implantar nova Metodologia de Governança de TI	ES3	100%
5	Continuar o exercício da capacidade judiciária	ASJUR	IPE	Elaboração e protocolo de peças processuais de defesa da Instituição	ES1	100%
6	Aumentar a arrecadação do FAADEP	DPGE	IEC	Implantar projetos voltados à arrecadação	OR3	100%
7	Implantar o Estágio de Pós Graduação (Residência Jurídica)	ESDP	ICO	Edital de oferta de vagas	US1	100%
8	Buscar o exercício e a remuneração da atividade cumulativa	DPGE	ICO	Envio de projeto de Lei à Assembleia Legislativa	US1 DI1 OR2	100%
9	Aperfeiçoar o Parque tecnológico da Defensoria Pública	COTIN	IEC	Disponibilizar equipamentos de TI à Defensoria Pública	ES3	100%



10	<b>Efetuar a revisão da Lei Orgânica</b>	DPGE	ICO	Envio de Lei à Assembleia Legislativa	D11 US1 ES1	100%
11	<b>Continuar e aperfeiçoar a participação do Fórum Justiça com o escopo de melhor contribuir na democratização do Sistema de Justiça</b>	ARINS	ICO	Inclusão da Defensoria Pública na coordenação do Fórum Justiça	US2 US3	100%
12	<b>Implantar a Plataforma EAD</b>	ESDP	IPE	Capacitação Defensores, Estagiários e Colaboradores	D12	100%
13	<b>Ampliar e otimizar a cobrança dos cartórios</b>	SEXEC	IEC	Aperfeiçoamento de fluxos, peças e aprimoramento de sistema e Implantação de projetos de arrecadação	OR3	83%
14	<b>Criar o CDI Regionalizado</b>	DPGE	ICO	Destinação de cargos	ES2	100%
15	<b>Realização do Projeto Defensores Populares</b>	ESDP	IPE	Planejamento e execução do projeto	US2	55%
16	<b>Implantação do Novo Data Center</b>	COTIN	IEC	Aquisição de servidores, sistemas e infraestrutura física	ES3	100%
17	<b>Fortalecer a Controladoria Interna</b>	DPGE	IEC	Criar cargo específico e ampliar estrutura, pessoal	US3	67%
18	<b>Fortalecer o setor de cobrança de honorários advocatícios</b>	ASPLAC	IPE	Ampliar pessoal, elaborar peça e desenvolver e implantar soluções tecnológicas, inclusive com RPA e inteligência artificial	OR3	100%
19	<b>Elaborar projeto e executar obra para futuras instalações da nova Central de Atendimento da Defensoria</b>	ASPLAC	IEC	Elaboração de projetos e iniciar execução da obra	US1	100%
20	<b>Fortalecer a ASCOM</b>	DPGE	IEC	Ampliação de pessoal e estrutura	D13 US3	100%
21	<b>Disponibilizar solução de gestão de processos na Defensoria Pública</b>	ADINS	IEC	Modelar e virtualizar os principais processos administrativos	ES3	33%



22	<b>Fortalecer a Ouvidoria Externa</b>	DPGE	IEC	Envio de projeto de Lei à AL	US2 US1 US3	75%
23	<b>Fortalecer a atuação nos Tribunais Superiores</b>	DPGE	IEC	Ampliar pessoal e destinar cargo	DI1 US1	100%
24	<b>Manter a Posse Popular</b>	ARINS	IPE	Realizar a posse popular de acordo com o ingresso de cada concursado aos quadros da Instituição	US2 US1	100%
25	<b>Implantação de novos sistemas de comunicação telefônica</b>	COTIN	IEC	Implantação da telefonia VOIP	ES3 OR1	100%
26	<b>Ampliar o processo de desoneração do FAADEP</b>	DPGE	IEC	Inclusão na proposta de Lei Orçamentária Anual de mais verbas destinados ao custeio	OR3	100%
27	<b>Melhoria administrativa na gestão de pessoas</b>	ESDP	IEC	Planejamento e cursos e capacitação na área administrativa	DI2	100%
28	<b>Melhoria de disponibilidade de internet (WIFI)</b>	COTIN	IEC	Melhorar o alcance e a segurança da WIFI	ES3 ES2	100%
29	<b>Ampliar o orçamento defensorial</b>	DPGE	ICO	Envio da PLOA 2021 com recursos superiores a LOA 2020	OR2	100%
30	<b>Construção de um Novo Núcleo Defensorial no Bairro João XXIII</b>	ASPLAC	IPE	Elaboração de projetos e execução da obra	US1	74%
31	<b>Aperfeiçoamento do Banco de Petições e Teses</b>	ESDP	IEC	Organização de petições e teses por área de atuação em uma plataforma defensorial	US1 DI3	100%
32	<b>Atualização da legislação da Corregedoria</b>	DPGE	ICO	Envio de Projeto de Lei	US1	0%
33	<b>Fortalecer o estágio defensorial</b>	NUEST	IPE	Aumento do número de estagiários e capacitação	US1	100%
34	<b>Manter a atualização do Auxílio Alimentação</b>	DPGE	ICO	IN de aumento	OR2	100%
35	<b>Continuar a dar ampla divulgação das deliberações e decisões do CONSUP, bem como virtualizar todos os processos, buscando a aproximação do(a) Defensor(a)</b>	ASPLAC	IEC	Publicidade dos atos	US3 ES3	50%



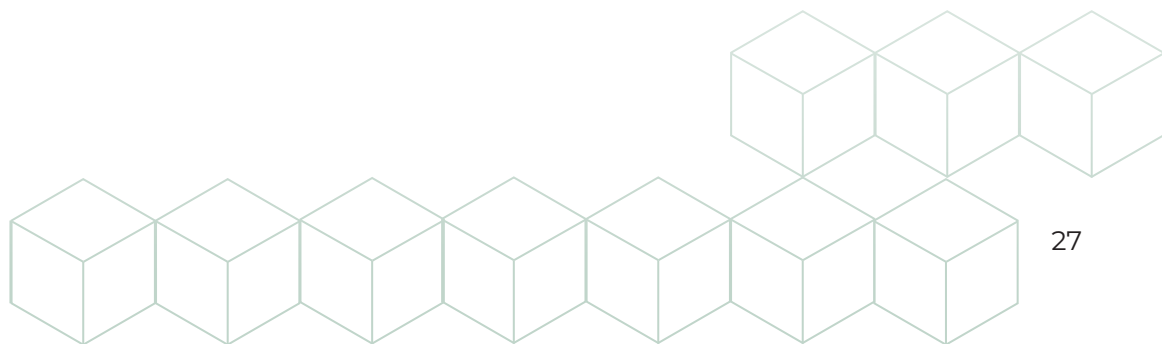
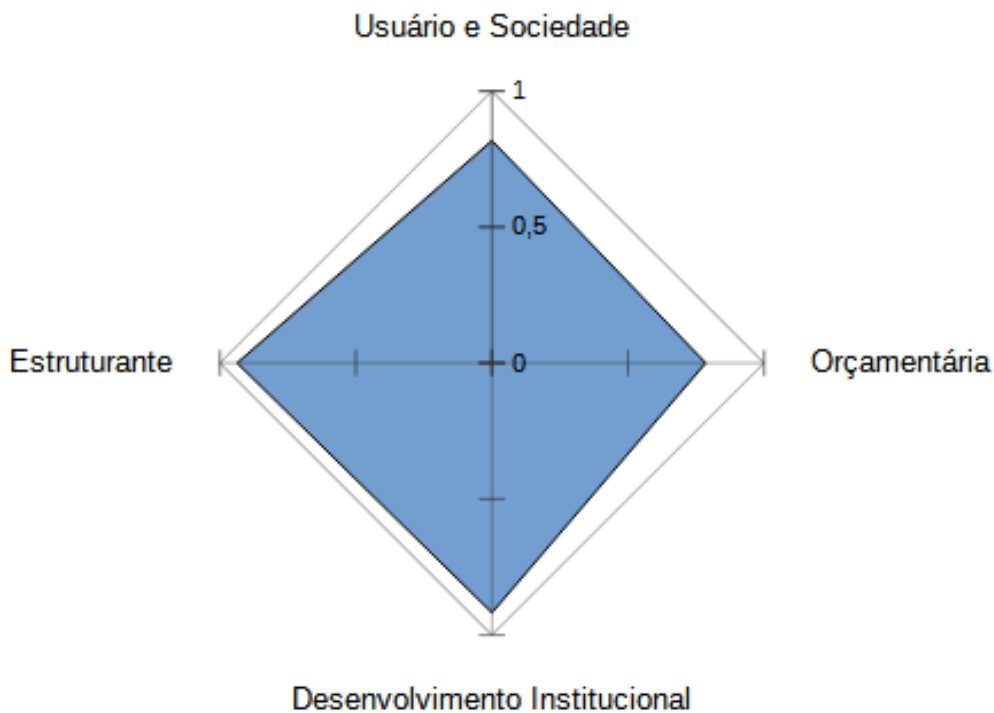
36	Buscar e acompanhar a divulgação de projetos emblemáticos a fim de valorizar a atuação do(a) Defensor(a)	ASPLAC	IEC	Acompanhamento de atuações estratégicas e/ou projetos nos diversos órgãos defensoriais	DI2 US1	100%
37	Desenvolver soluções tecnológicas para otimização das atividades da Defensoria	COTIN	IEC	Implantar novas soluções tecnológicas na Defensoria	ES3	100%
38	Ampliar a defesa das prerrogativas dos Defensores Públicos	SEXEC	IEC	Implementação da comissão de prerrogativas	US1	100%
39	Promover e facilitar a interlocução entre os Defensores Públicos	CDC/ CDI	IPE	Promoção de 10 Encontros de Facilitação	DI3	100%
40	Continuar e ampliar a realização de plenárias para discutir temas Institucionais	DPGE	IPE	Promoção de Plenárias, sendo o mínimo de 1 por ano	DI3	100%
41	Buscar a nomeação de mais Defensores Públicos, fortalecendo a atuação defensorial	DPGE	IPE	Nomeação dos últimos candidatos aprovados no concurso	DI1 ES2	100%
42	Criar Forças Tarefas de Apoio aos Defensores públicos da Capital e Interior	CDC/ CDI	IPE	Criação de 04 Forças Tarefas	US1	100%
43	Aprimorar o atendimento itinerante da Defensoria Pública na Capital e no Interior	ARINS	IPE	Realização de 10 ações por ano	DI1	80%
44	Garantir a defesa da ofendida no Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Juazeiro do Norte	DPGE	ICO	Atuação de Defensor(a) Público(a)	DI1	100%
45	Fortalecer a política de comunicação	ASCOM	IEC	Fortalecimento da comunicação interna e externa	DI3 US3	100%
46	Elaboração de Novo Concurso Público para Defensores Públicos	DPGE	ICO	Abertura de Edital	DI3	0%
47	Expansão, reformas e aparelhamento de sedes defensoriais	ASPLAC	IEC	Providenciar aluguéis, reformas e aparelhamento de sedes	ES2 US1	100%
48	Alterar a Lei do Plantão para a atuação defensorial nos feriados	DPGE	ICO	Envio de Projeto de Lei	DI1	0%
<b>Percentual médio de execução</b>						<b>84,4%</b>

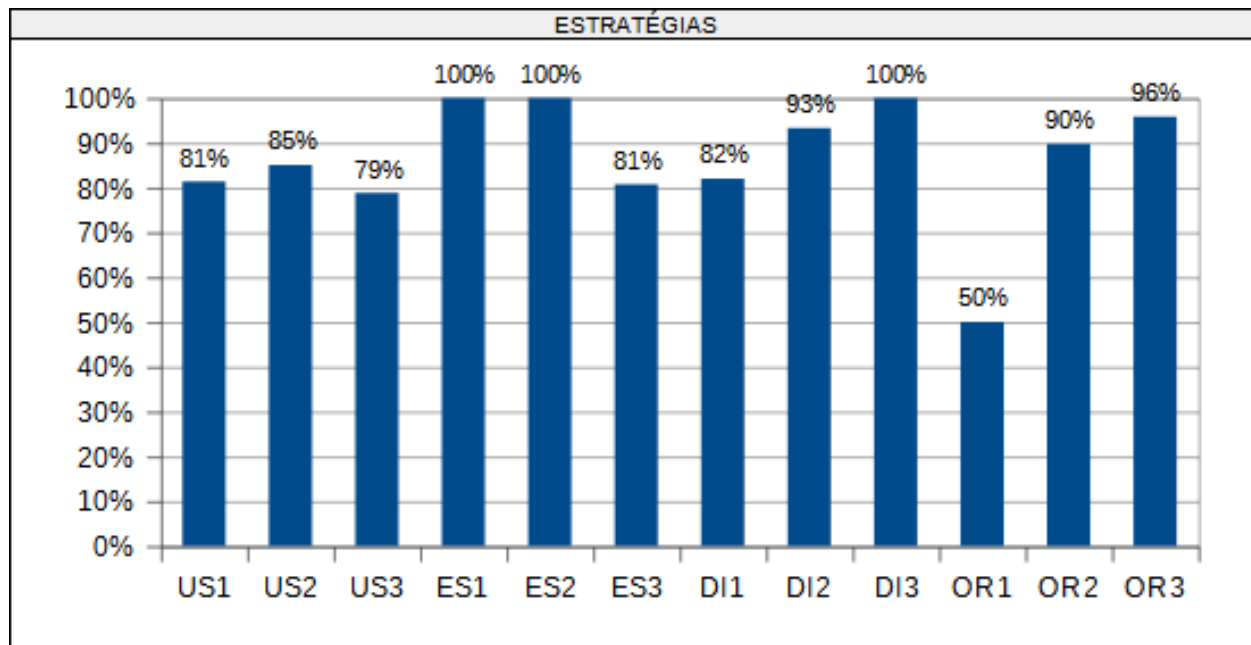
Fonte: Planejamento Estratégico 2020-2021 e DASHBOARD de Dezembro de 2021

**SIGLAS:**

- ADINS - Assessoria de Desenvolvimento Institucional
- ARINS - Assessoria de Relacionamento Institucional
- ASCOM - Assessoria de Comunicação
- ASJUR – Assessoria Jurídica
- ASPLAC - Assessoria de Planejamento e Controle
- CDC - Coordenadoria das Defensoria da Capital
- CDI - Coordenadoria das Defensorias do Interior
- COTIN - Coordenadoria de Tecnologia da Informação
- DPGE - Defensoria Pública Geral do Estado
- ESDP - Escola Superior da Defensoria Pública
- NUEST - Núcleo de Estágio
- ICO - Índice de Conclusão Objetiva
- IEC - Índice de Etapa Concluída
- IPE - Índice Percentual

De acordo com o desenvolvimento dos projetos é realizado um acompanhamento das perspectivas do *BalancedScoreCard* (BSC):





## 2.6. Orçamento Participativo

O art. 4º da PLDO estabelece que a elaboração da Lei Orçamentária Anual, bem como sua execução, serão pautadas na premissa da participação cidadã, prevista no Plano Plurianual 2020-2023.

Diante disso, no ano de 2021, com o intuito de aproximar-se cada vez mais da sociedade civil, estimular a consciência cidadã, a educação em direitos, ampliar os processos democráticos no sistema de justiça, bem como identificar e priorizar ações que traduzam o anseio da população, proporcionando melhor qualidade e eficiência nos seus serviços, em atuação pioneira, a Defensoria Pública realizou, o VI Orçamento Participativo da Instituição, de forma virtual, abrindo o Planejamento de 2022 aos seus assistidos.

A construção do Orçamento Participativo da Defensoria Pública do Estado do Ceará obteve ampla participação popular, notadamente em consulta pública disponibilizada no site da instituição, contando com 752 manifestações, entre Consulta Pública e manifestações na D. Dedé. A fase seguinte a essa consulta, é a



realização das audiências públicas, este ano o ciclo iniciou com a audiência pública do Sertão de Sobral e regiões, de forma remota (formato seguido por todas as demais, considerando o momento de distanciamento social imposto pela pandemia de COVID-19) contou com a participação de 76 pessoas, sobretudo pessoas de terreiro, negros e negras, pessoas da população LGBTQIA+. Em seguida foi realizada a audiência pública da Região do Sertão Central que contou com a participação de professores e universidades parceiras nos núcleos de atendimento inicial da Defensoria Pública, sendo que maior sugestão foi a reestruturação da sede da Defensoria na cidade de Quixadá, com 35 participantes.

A 3ª audiência pública se deu com a participação das pessoas da Região do Vale do Jaguaribe e Litoral Leste, momento que foi ressaltada a parceria com a DPU para resoluções que questões que envolve os direitos de quilombolas (notadamente ao acesso a prioridade da vacina) e contamos com a participação de 55 pessoas.

A 4ª audiência aconteceu para movimentos e sociedade civil da Região do Cariri e Centro do Sul do Estado, 45 representantes da sociedade civil e movimentos estavam presentes, a reivindicação mais enfática foi de atendimento às pessoas em situação de cárcere e a importância de ser instalado núcleo de execuções penais naquela região.

A 5ª audiência aconteceu na Região do Sertão de Inhamuns Crateús e foi um momento sublime, tendo em vista que boa parte da participação foi de mulheres de comunidades rurais que tomaram conhecimento, pela primeira vez, do atendimento da Defensoria Pública, 37 pessoas presentes e a sexta e última audiência pública aconteceu para a Região Metropolitana de Fortaleza e movimentos reforçaram a importância do momento como forma de garantia a democracia e de que a Ouvidoria e o Orçamento Participativo são instrumentos indispensáveis para garantia da cidadania de assistidos e assistidas, estando 74 pessoas presentes

Importante frisar que as propostas elencadas em consulta pública foram condensadas em um formulário com 14 propostas a serem discutidas com a pop-





ulação, em formulário virtual reforçando a imprescindibilidade da participação política, proporcionando uma compreensão mais efetiva das necessidades da ampla parcela da população que depende dos serviços da Defensoria Pública para ter acesso ao Judiciário e a outros mecanismos de promoção de acesso à Justiça.

Vale salientar que a Defensoria Pública do Ceará é a primeira Instituição do Sistema de Justiça Cearense a abrir suas portas para a construção coletiva de suas políticas e ações. O orçamento anual da Instituição representa uma importante ferramenta para a concretização desta política participativa, quando aos cidadãos é dada a prerrogativa de participar de maneira efetiva das destinações das metas e ações.

Dessa forma, quando da elaboração da PLOA, foram consolidadas as demandas trazidas pela população cearense durante a realização do Orçamento Participativo (Assinalado nas planilhas como OP), através das seguintes ações:

<b>1)</b>	Instalar núcleo de Execuções Penais no Cariri e na Região de Sobral;
<b>2)</b>	Ampliar o número de Defensores, ocupando os cargos vagos, em cumprimento da Emenda nº 80/2014;
<b>3)</b>	Fortalecer os Núcleos de Defesa da Mulher e suas equipes multidisciplinares, assim como a atuação de educação em direitos humanos (trabalhando o enfrentamento à violência contra a Mulher) que, se possível, seja itinerante em escolas e demais espaços;
<b>4)</b>	Facilitar os canais de atendimento com os(as) Defensores(as) seja por meio de atendimento remoto (whatsapp, videoconferência, telefone) considerando os vulneráveis digitais;
<b>5)</b>	Descentralizar o atendimento da Defensoria Pública, se possível garantindo um Núcleo da Defensoria em cada Regional de Fortaleza;
<b>6)</b>	Fortalecimento do Núcleo de Moradia;
<b>7)</b>	Melhoria das condições de atendimento e infraestruturais para Defensores(as) e Assistidos(as) nos núcleos do interior do Estado;
<b>8)</b>	Criar laboratório de inovação no Âmbito da Defensoria Pública;
<b>9)</b>	Fortalecimento da Comunicação da Defensoria, sobretudo nas Redes Sociais;



## Formulário - Orçamento Participativo 2021

22/04/2022

Propostas Prioritárias

5. \*

(Pode marcar mais de uma resposta)

*Marque todas que se aplicam.*

- Fortalecer os Núcleos de Defesa da Mulher e suas equipes multidisciplinares, assim como a atuação de educação em direitos humanos (trabalhando o enfrentamento à violência contra a Mulher) que, se possível, seja itinerante em escolas e demais espaços;
- Descentralizar o atendimento da Defensoria Pública, se possível garantindo um Núcleo da Defensoria em cada Regional de Fortaleza;
- Ampliar o número de Defensores, ocupando os cargos vagos, em cumprimento da Emenda nº 80/2014;
- Facilitar os canais de atendimento com os(as) Defensores(as) seja por meio de atendimento remoto (whatsapp, videoconferência, telefone) considerando os vulneráveis digitais;
- Melhorar as condições de atendimento e infraestruturais para Defensores(as) e Assistidos(as) nos núcleos do interior do Estado;
- Instalar núcleo de Execuções Penais no Cariri e na Região de Sobral;
- Fortalecer o projeto Defensoria em Movimento, garantindo, sobretudo o atendimento às comunidades tradicionais, bairros com baixo IDH e para pessoas que não podem contar com o serviço defensorial em seu município;
- Ampliar o horário de atendimento da defensoria, sobretudo nas cidades do interior do Estado;
- Fortalecimento do Núcleo de Moradia;
- Fortalecimento da Comunicação da Defensoria, sobretudo nas Redes Sociais;
- Ampliar as ações e atividades da Escola Superior da Defensoria Pública, permitindo e oferecendo capacitações não só para Defensores(as) como também para colaboradores(as), estagiários(as) e público externo;
- Realizar encontros regionais da Defensoria, em parceria com universidades, organizações da sociedade civil e demais órgãos do sistema de justiça, ampliando a divulgação e equipe da Ouvidoria Externa da Defensoria;
- Criar laboratório de inovação no Âmbito da Defensoria Pública;
- Criação do núcleo de conflitos agrários.

Outro: 

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

[https://docs.google.com/forms/d/19YgxuQeRNlcwCqn0jXdOmfzL\\_r7mL1HGDkLoXzYO9A/edit](https://docs.google.com/forms/d/19YgxuQeRNlcwCqn0jXdOmfzL_r7mL1HGDkLoXzYO9A/edit)



# 3. Recursos orçamentários e financeiros, indicando suas fontes, recursos patrimoniais, infraestrutura e quadro de pessoal

## 3.1. Fontes

As fontes existentes no orçamento de 2021 da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará são:

**a) 1.00.00 – Recursos Ordinários:** Responsável pelas despesas de pessoal e alguns investimentos;

**b) 1.01.00 – Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados:** Suplementada com o objetivo de complementar com as despesas do pessoal da Defensoria Pública;

**c) 2.46.45 – Operações de Crédito Internas – Tesouro/BNDES:** Operação de crédito cuja assinatura do contrato de financiamento foi dia no 28 de setembro de 2018.

**Tabela 2 - QUADRO DE FONTES**

Cód.	Descrição	Lei	Lei+Crédito (L)	Empenhado (E)	% E/L
1.00.00	RECURSOS ORDINÁRIOS	176.827.529,00	176.827.529,00	172.515.631,27	97,56
1.01.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	10.967.380,00	10.967.380,00	10.467.559,29	95,44
2.46.45	OPERAÇÕES DE CRÉDITOS INTERNAS – TESOURO/BNDES	7.433.427,00	7.433.427,00	3.480.945,36	46,83

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL\\_20220418155446\[k5kugyv22f4oosz54yoq4xc\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20220418155446[k5kugyv22f4oosz54yoq4xc].PDF) em 18/04/2022 às 15:54



## 3.2. Recursos patrimoniais

**Tabela 3 - RECURSOS PATRIMONIAIS**

Descrição	Balanco Patrimonial em Dez/2021
BENS MÓVEIS	26.151.161,59
BENS IMÓVEIS	12.802.040,78
<b>Valor Total</b>	<b>38.953.202,37</b>

Fonte: Balanço Patrimonial DPGE 2021 disponível em <https://www.defensoria.ce.def.br/wp-content/uploads/2022/04/060001-%E2%80%93-Balan%C3%A7o-Patrimonial-2021.pdf>

## 3.3. Infraestrutura

No ano de 2021, apesar de todos os desafios estabelecidos pela pandemia de coronavírus, a Defensoria Pública permaneceu firme em seu intuito de realizar ampliação e reformas da infraestrutura de diversos núcleos de atendimento e na sede administrativa, sempre com o objetivo de garantir a excelência na prestação dos serviços à sociedade cearense.

Nesse contexto, podem ser listadas algumas das principais realizações nessa área, no ano de 2021, bem como as perspectivas para o ano de 2022.

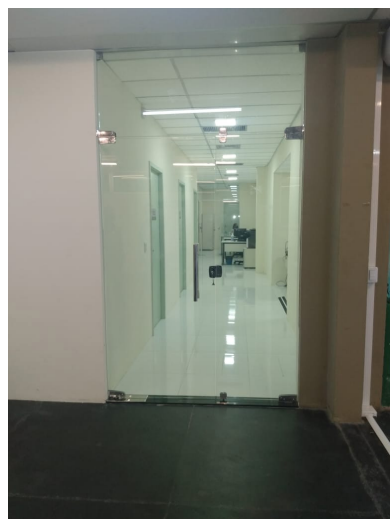
**1** – Foi iniciada a obra do novo prédio da Defensoria Pública no Bairro João XXIII, em Fortaleza, com financiamento do BNDES, com entrega de novas salas para atendimento multidisciplinar, atendimento ao público pelos Defensores, realização de mediação comunitária mediante supervisão dos Defensores, auditório para realização de palestras, cursos, ações de cidadania e educação em direitos. Trata-se de um espaço voltado sobretudo para mediação comunitária, tendo como atribuições o atendimento ao público, peticionamento, ajuizamento de ações, atendimento multidisciplinar, realização de audiências extrajudiciais de conciliação e mediação, ações de cidadania e educação em direitos junto à comunidade. A obra em questão possuirá dois pavimentos com um total 772,73



m<sup>2</sup> de área construída. A previsão de inauguração é no ano de 2022.



**2** – Foi iniciada a obra de ampliação do prédio da Defensoria Pública do 2º Grau, para a construção de mais 15 gabinetes para os defensores e defensoras, 1 recepção, depósito, 1 wc feminino, 1 wc masculino, 1 sala de estagiários/ 1 sala de apoio. A inauguração está agendada para maio de 2022.



**3** – Concluída e inaugurada a obra no Pólo Operacional da Cidade dos

Funcionários – CEARAPREV, com Área Construída de 754,68 m<sup>2</sup> (Térreo = 575,00 m<sup>2</sup> / Superior = 179,68 m<sup>2</sup>) para contemplar os seguintes núcleos da Defensoria: NURDP, NADIJ, NUDESA e NUDECON. O Pavimento Térreo possui 2 acessos, 4 recepções/esperas (1 para cada núcleo), 12 gabinetes, 01 sala de atendimento psicossocial, 02 salas de triagem/atendimento, sala do contador, copa, refeitório, sanitários masculino, feminino e acessível. Já o Pavimento Superior contem sala de Mediação/Conciliação, Sala de reuniões / Multiuso, Depósito, Sala de Servidor TI e sanitários.



**4** – Instalação da subsede do Núcleo de Assistência aos Presos Provisórios – NUAPP no VAPT VUPT do Antônio Bezerra.

**5** – Reforma dos Núcleos da Infância e Juventude, Sucessões e Criminal localizados no Fórum Clóvis Beviláqua







**6** – Início da reforma de salas para abrigar o Projeto REDE ACOLHE, na Procuradoria da Mulher da Assembleia Legislativa, para atendimento às vítimas de violência de Fortaleza e Região Metropolitana. Previsão de inauguração em 2022.



**7** – Inauguração do Núcleo de Camocim, em espaço cedido pela SEFAZ, composto de recepção, 02 gabinetes, Sala de mediação/conciliação, arquivo, copa e sanitários.

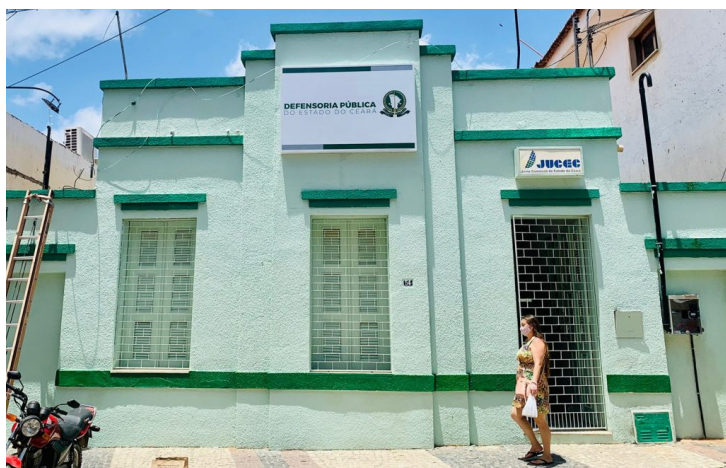


**8** - Inauguração do Núcleo de Tianguá, em espaço cedido pela SEFAZ, composto de hall de entrada, Recepção, Espera, 02 Gabinetes, Sala de estagiários, Sala de Mediação/Conciliação, Arquivo, Depósito, Copa/Refeitório, Despensa, Sanitários feminino e masculino.



**9** - Inauguração do Núcleo de Quixeramobim, em espaço cedido pela SEFAZ, com 1 recepção/espera, 2 gabinetes, 01 sala de mediação, copa, 01 sanitário.





**10** – Reformas pontuais na sede administrativa da Defensoria Pública, compreendendo pintura, coberta do estacionamento, aquisição de forro mineral e construção de gradil e mureta.





**11** – Licitação de projetos e início da licitação da obra para a ampliação do Data Center da sede administrativa da Defensoria Pública. Previsão de início e conclusão da obra: 2022.

Para o ano de 2022 está prevista a obra de ampliação da sede administrativa, o desenvolvimento de projetos para o Novo Núcleo Central de Atendimento, a ampliação e reforma de diversos núcleos do interior do Estado, além de outros em Fortaleza, principalmente em decorrência da ampliação do número de atividades cumulativas previstas.



### 3.4. Quadro de pessoal

Tabela 4 – QUADRO DE PESSOAL

Situação Funcional	Número de Servidores / Colaboradores
Defensores Públicos Ativos (a)*	344
Defensores Públicos Inativos (b)*	88
<b>Total de Defensores Públicos (a+b)</b>	<b>432</b>
Servidores Administrativos (a)*	04
Servidores de Outros Órgãos (Cargo Comissionado) (b)*	01
Servidores (Exclusivamente Cargo Comissionados) (c)*	02
Servidores Inativos (d)*	02
<b>Total de Servidores (a+b+c+d)</b>	<b>09</b>
Prestação de Serviço Terceirizado (LAR ANTÔNIO DE PÁDUA) (a)**	70
Prestação de Serviço Terceirizado (FAZ) (b)**	156
Prestação de Serviço Terceirizado (CRIART) (c)**	30
Prestação de Serviço Terceirizado (NORTH) (d)**	22
Prestação de serviço Terceirizado (EUROSERV) (e)**	53
Estagiários Nível Superior (Universitários) (g)*	265
Bolsistas Nível Médio (Projeto Primeiro Passo) (h)*	54
<b>Total – Prestação de Serviço e Estagiários (a+b+c+d+e+f+g+h)</b>	<b>650</b>
<b>Total Geral</b>	<b>1.091</b>

Fonte: \*RH em 22/04/2022

\*\*COORDENAÇÃO DE TERCEIRIZADOS em 29/04/2022

#### Outros Serviços de Terceiros:

a) Empresas Prestadoras de Serviço Administrativo (Lar Antônio de Pádua, FAZ Empreendimentos e Serviços, Euroserv Business & Negócios Terceirizados LTDA, e CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA) e Serviço de Segurança (NORTH SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI).

b) Estagiários (Nível Superior - Universitários)

c) Bolsistas (Nível Médio - Projeto Primeiro Passo)



## 4. Execução de programas de governo, projetos e atividades privilegiando os resultados alcançados, com indicação dos recursos orçamentários e financeiros utilizados

### 4.1. Execução dos programas de governo

**Tabela 5** – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

	Descrição	Lei+Crédito (L)	Empenhado(E)	% E/L
211	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	6.224.905,54	6.224.205,84	99,99
511	PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA	189.003.430,46	180.239.930,08	95,36
<b>Total</b>		<b>195.228.336,00</b>	<b>186.464.135,92</b>	<b>95,51</b>

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel\\_20220418161311\[k5kugyv22f4oosz54yoq4xc\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20220418161311[k5kugyv22f4oosz54yoq4xc].PDF) em 18/04/2022 às 16:13

**Tabela 6** – RECURSOS FINANCEIROS NA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

	Descrição	Empenhado(E)	Pago (P)	% P/E
211	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	6.224.205,84	5.918.632,97	95,09
511	PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA	180.239.930,08	174.746.891,12	96,95
<b>Total</b>		<b>186.464.135,92</b>		<b>96,02</b>

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel\\_20220418161311\[k5kugyv22f4oosz54yoq4xc\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20220418161311[k5kugyv22f4oosz54yoq4xc].PDF) em 18/04/2022 às 16:13

#### 211 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ

O programa “Programa 211 – Gestão Administrativa do Ceará” é executado por dois órgãos: a “Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará” e o “Fundo de Apoio e Aparentamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará”.



**Tabela 7 – VISÃO GERAL DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA 211**

Órgão	Prog.	Cód.	Descrição	Lei+Crédito (L)	Empenhado(E)	% E/L
060000	211	1.00.00	RECURSOS ORDINÁRIOS	6.218.729,54	6.218.029,84	99,99
060000	211	1.01.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	6.176,00	6.176,00	100,00
<b>Total</b>				<b>6.224.905,54</b>	<b>6.224.205,84</b>	<b>99,99</b>

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL\\_20220419110822\[cvdljsnadmzg5gqilfatavae\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20220419110822[cvdljsnadmzg5gqilfatavae].PDF) em 19/04/2022 às 11:09

**511 – PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA****Tabela 8 – VISÃO GERAL DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA 511**

Órgão	Prog.	Cód.	Descrição	Lei+Crédito (L)	Empenhado(E)	% E/L
060000	511	1.00.00	RECURSOS ORDINÁRIOS	170.608.799,46	166.297.601,43	97,47
060000	511	1.01.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	10.961.204,00	10.461.383,29	95,44
060000	511	2.46.45 <sup>1</sup>	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOUREIRO/BNDES	7.433.427,00	3.480.945,36	46,83
<b>Total</b>				<b>189.003.430,46</b>	<b>180.239.930,08</b>	<b>95,36</b>

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL\\_20220419110822\[cvdljsnadmzg5gqilfatavae\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20220419110822[cvdljsnadmzg5gqilfatavae].PDF) em 19/04/2022 às 11:34

(1) Valor da dotação é advindo de um contrato de financiamento com o BNDES para a Defensoria Pública cuja assinatura ocorreu no dia 28 de setembro de 2018.

**4.2. Execução dos projetos e atividades****211 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ****Tabela 9 – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DO PROGRAMA 211**

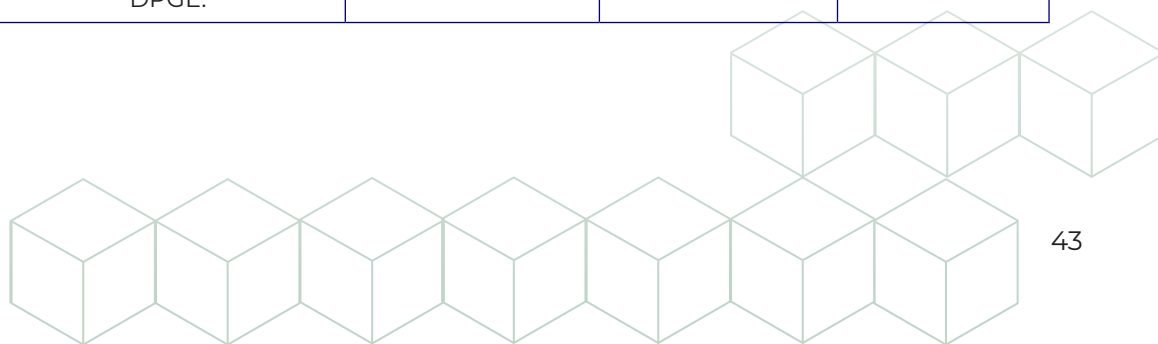
Cód.	Cód. Ação	Título da Ação	Lei + Crédito (L)	Empenhado (E)	% Execução (E/L)
211	10018	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE - DPGE	227.000,00	226.646,21	99,84

211	10196	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - DPGE.	113.000,00	112.769,70	99,80
211	11339	REALIZAÇÃO DE OBRAS DE REFORMA OU AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA ADMINISTRATIVA - DPGE.	92.376,00	92.260,39	99,87
211	20264	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - DPGE.	5.792.529,54	5.792.529,54	100,00
211	20845	MANUTENÇÃO DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - DPGE.	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>			<b>6.224.905,54</b>	<b>6.224.205,84</b>	<b>99,99</b>

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel\\_20220419114538\[cvdljnsacmzg5gqilfatavae\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20220419114538[cvdljnsacmzg5gqilfatavae].PDF) 19/04/2022 às 11:45

**Tabela 10** – RECURSOS FINANCEIROS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DO PROGRAMA 211

Cód.	Cód. Ação	Título da Ação	Empenhado (E)	Pago (P)	% (P/E)
211		AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE - DPGE	226.646,21	33.843,04	14,93
211	10196	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - DPGE.	112.769,70	0,00	0,00
211	11339	REALIZAÇÃO DE OBRAS DE REFORMA OU AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA ADMINISTRATIVA - DPGE.	92.260,39	92.260,39	100,00
211		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - DPGE.	5.792.529,54	5.792.529,54	100,00



211		MANUTENÇÃO DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - DPGE.	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>			<b>6.224.205,84</b>	<b>5.918.632,97</b>	<b>95,09</b>

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel\\_20220419114538\[cvdljsnacmzg5gqilfatavae\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20220419114538[cvdljsnacmzg5gqilfatavae].PDF) 19/04/2022 às 11:45

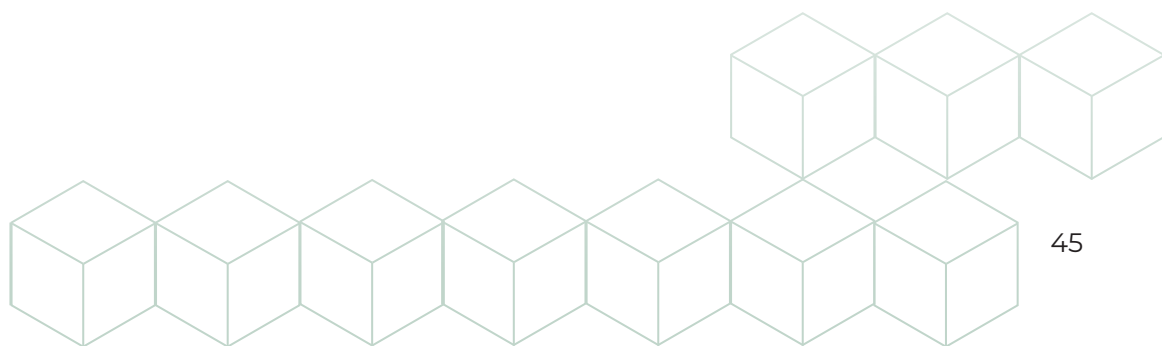
## 511 – PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA

**Tabela 11** – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DO PROGRAMA 511

Cód.	Cód. Ação	Título da Ação	Lei + Crédito (L)	Empenhado (E)	% Execução (E/L)
511	10283	IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ATENDIMENTO JURÍDICO.	0,00	0,00	0,00
511	10285	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO JURÍDICO	0,00	0,00	0,00
511	10295	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DOS NÚCLEOS E UNIDADES DE ATENDIMENTO JURÍDICO.	1.118.000,00	1.116.878,97	99,90
511	10296	ESTRUTURAÇÃO E MELHORIA TECNOLÓGICA DOS NÚCLEOS E UNIDADES DE ATENDIMENTO JURÍDICO.	1.302.782,38	1.285.410,25	98,67
511	10297	IMPLANTAÇÃO DE BRINQUEDOTECAS NOS NÚCLEOS DE ATENDIMENTO - OP.	0,00	0,00	0,00

## Relatório de Desempenho de Gestão - Janeiro a Dezembro de 2021

511	10831	REALIZAÇÃO DE OBRAS E INSTALAÇÕES (PMAE - COMP. I).	2.343.000,00	768.548,03	32,80
511	10833	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MONTAGENS E INSTALAÇÕES (PMAE - COMP. II).	3.509.445,00	2.726.673,83	77,70
511	10835	REALIZAÇÃO DE CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PMAE - COMP. III).	500.000,00	0,00	0,00
511	10836	REALIZAÇÃO DE CONSULTORIA EM RECURSOS HUMANOS (PMAE - COMP. IV).	170.000,00	126.574,00	74,46
511	10837	DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE (PMAE - COMP. V).	1.052.482,00	0,00	0,00
511	20058	ATENDIMENTO ITINERANTE EM ÁREAS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.	0,00	0,00	0,00
511	20140	PAGAMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS (FOLHA NORMAL) - DPGE.	178.669.706,00	173.980.132,72	97,38
511	20141	PAGAMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS (FOLHA COMPLEMENTAR) - DPGE.	20.000,00	0,00	0,00
511	20142	PROMOÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA.	317.987,08	235.712,28	74,13

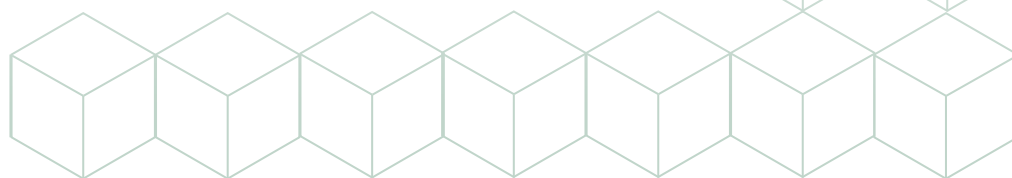


511	20165	PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA E PSICOSSOCIAL ESPECIALIZADA A FAMILIARES DE VÍTIMAS DE CRIMES VIOL	28,00	0,00	0,00
511	20166	QUALIFICAÇÃO DAS EQUIPES DE ATENDIMENTO E DEFENSORES PÚBLICOS - OP.	0,00	0,00	0,00
511	20167	MELHORIA DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO E SINALIZAÇÃO OP	0,00	0,00	0,00
511	21189	CRIAÇÃO DE NÚCLEO DA DPGE/CRATO	0,00	0,00	0,00
511	21191	IMPLANTAÇÃO DO NOVO NÚCLEO CENTRAL DE ATENDIMENTO JURÍDICO DE FORTALEZA	0,00	0,00	0,00
511	21192	AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO DESCENTRALIZADO DA DEFENSORIA DE FORTALEZA (BOM JARDIM)	0,00	0,00	0,00
511	21193	QUALIFICAÇÃO DAS EQUIPES DE TREINAMENTO E TRIAGEM DA DPGE	0,00	0,00	0,00
511	21194	ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DAS UNIDADES DA DPGE	0,00	0,00	0,00
511	21195	CRIAÇÃO DE NÚCLEO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO EM DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	0,00	0,00	0,00
511	21196	HUMANIZAÇÃO NO ATENDIMENTO DA DEFENSORIA, COM FOCO NO COMBATE AO RACISMO E À LGBTFOBIA	0,00	0,00	0,00

511	21197	AMPLIAÇÃO DA REDE DE NÚCLEOS DE DIREITOS HUMANOS DA DPGE	0,00	0,00	0,00
511	21198	MODERNIZAÇÃO E PUBLICIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO VISUAL DA DPGE	0,00	0,00	0,00
511	21199	AMPLIAÇÃO DA AÇÕES DESENVOLVIDAS PELOS NÚCLEOS ESPECIALIZADOS DA DPGE NO SISTEMA PRISIONAL, COM FOCO	0,00	0,00	0,00
511	21200	EXECUÇÃO DE AÇÕES VOLTADAS A DIFUNDIR A GRATUIDADE DOS SERVIÇOS DA DPGE	0,00	0,00	0,00
511	21201	EXECUÇÃO DE AÇÕES DESTINADAS A  ESTIMULAR OS ASSISTIDOS PELA DPGE A FAZER O ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL	0,00	0,00	0,00
511	21202	EXECUÇÃO DE AÇÕES FOCADAS NA CELERIDADE DAS DEMANDAS RELACIONADAS AO REGISTRO CIVIL	0,00	0,00	0,00
511	21203	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE ATENDIMENTO DO DEPAZ	0,00	0,00	0,00
511	21204	DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO VOLTADAS À OTIMIZAÇÃO DO TEMPO DE JUSTIÇA NA DPGE	0,00	0,00	0,00
511	21205	PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>			<b>189.003.430,46</b>	<b>180.239.930,08</b>	<b>95,36</b>

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel\\_20220419114538\[cvd\]lsnacmzg5gqilfatavae\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20220419114538[cvd]lsnacmzg5gqilfatavae].PDF) 19/04/2022 às 11:45

**Tabela 12 – RECURSOS FINANCEIROS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E**

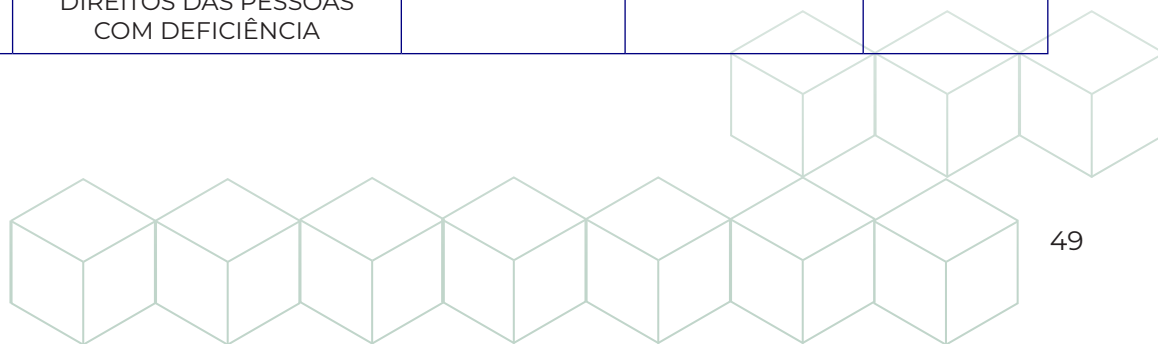


## ATIVIDADES DO PROGRAMA 511

Cód.	Cód. Ação	Título da Ação	Empenhado (E)	Pago (P)	% (P/E)
511	10283	IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ATENDIMENTO JURÍDICO.	0,00	0,00	0,00
511	10285	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO JURÍDICO	0,00	0,00	0,00
511	10295	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DOS NÚCLEOS E UNIDADES DE ATENDIMENTO JURÍDICO.	1.116.878,97	275.984,57	24,71
511	10296	ESTRUTURAÇÃO E MELHORIA TECNOLÓGICA DOS NÚCLEOS E UNIDADES DE ATENDIMENTO JURÍDICO.	1.285.410,25	812.730,27	63,23
511	10297	IMPLANTAÇÃO DE BRINQUEDOTECAS NOS NÚCLEOS DE ATENDIMENTO - OP.	0,00	0,00	0,00
511	10831	REALIZAÇÃO DE OBRAS E INSTALAÇÕES (PMAE - COMP. I).	768.548,03	768.548,03	100,00
511	10833	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MONTAGENS E INSTALAÇÕES (PMAE - COMP. II).	2.726.673,83	1.436.985,19	52,70
511	10835	REALIZAÇÃO DE CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PMAE - COMP. III).	0,00	0,00	0,00
511	10836	REALIZAÇÃO DE CONSULTORIA EM RECURSOS HUMANOS (PMAE - COMP. IV).	126.574,00	0,00	0,00
511	10837	DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE (PMAE - COMP. V).	0,00	0,00	0,00
511	20058	ATENDIMENTO ITINERANTE EM ÁREAS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.	0,00	0,00	0,00



511	20140	PAGAMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS (FOLHA NORMAL) - DPGE.	173.980.132,72	171.216.930,78	98,41
511	20141	PAGAMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS (FOLHA COMPLEMENTAR) - DPGE.	0,00	0,00	0,00
511	20142	PROMOÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA.	235.712,28	235.712,28	100,00
511	20165	PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA E PSICOSSOCIAL ESPECIALIZADA A FAMILIARES DE VÍTIMAS DE CRIMES VIOL	0,00	0,00	0,00
511	20166	QUALIFICAÇÃO DAS EQUIPES DE ATENDIMENTO E DEFENSORES PÚBLICOS - OP.	0,00	0,00	0,00
511	20167	MELHORIA DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO E SINALIZAÇÃO OP	0,00	0,00	0,00
511	21189	CRIAÇÃO DE NÚCLEO DA DPGE/CRATO	0,00	0,00	0,00
511	21191	IMPLANTAÇÃO DO NOVO NÚCLEO CENTRAL DE ATENDIMENTO JURÍDICO DE FORTALEZA	0,00	0,00	0,00
511	21192	AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO DESCENTRALIZADO DA DEFENSORIA DE FORTALEZA (BOM JARDIM)	0,00	0,00	0,00
511	21193	QUALIFICAÇÃO DAS EQUIPES DE TREINAMENTO E TRIAGEM DA DPGE	0,00	0,00	0,00
511	21194	ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DAS UNIDADES DA DPGE	0,00	0,00	0,00
511	21195	CRIAÇÃO DE NÚCLEO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO EM DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	0,00	0,00	0,00



511	21196	HUMANIZAÇÃO NO ATENDIMENTO DA DEFENSORIA, COM FOCO NO COMBATE AO RACISMO E À LGBTFOBIA	0,00	0,00	0,00
511	21197	AMPLIAÇÃO DA REDE DE NÚCLEOS DE DIREITOS HUMANOS DA DPGE	0,00	0,00	0,00
511	21198	MODERNIZAÇÃO E PUBLICIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO VISUAL DA DPGE	0,00	0,00	0,00
511	21199	AMPLIAÇÃO DA AÇÕES DESENVOLVIDAS PELOS NÚCLEOS 7.252,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 ESPECIALIZADOS DA DPGE NO SISTEMA PRISIONAL, COM FOCO	0,00	0,00	0,00
511	21200	EXECUÇÃO DE AÇÕES VOLTADAS A DIFUNDIR A 7.252,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 GRATUIDADE DOS SERVIÇOS DA DPGE	0,00	0,00	0,00
511	21201	EXECUÇÃO DE AÇÕES DESTINADAS A ESTIMULAR OS ASSISTIDOS PELA DPGE A FAZER O ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL	0,00	0,00	0,00
511	21202	EXECUÇÃO DE AÇÕES FOCADAS NA CELERIDADE DAS DEMANDAS RELACIONADAS AO REGISTRO CIVIL	0,00	0,00	0,00
511	21203	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE ATENDIMENTO DO DEPAZ	0,00	0,00	0,00
511	21204	DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO VOLTADAS À OTIMIZAÇÃO DO TEMPO DE JUSTIÇA NA DPGE	0,00	0,00	0,00
511	21205	PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>			<b>186.464.135,92</b>	<b>180.665.524,09</b>	<b>96,89</b>

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel\\_20220419114538\[cvdljnsacmzg5gqilfatavae\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20220419114538[cvdljnsacmzg5gqilfatavae].PDF) 19/04/2022 às 11:45

# 5. Indicadores de gestão e de desempenho que permitam aferir a eficiência, eficácia e economicidade das ações

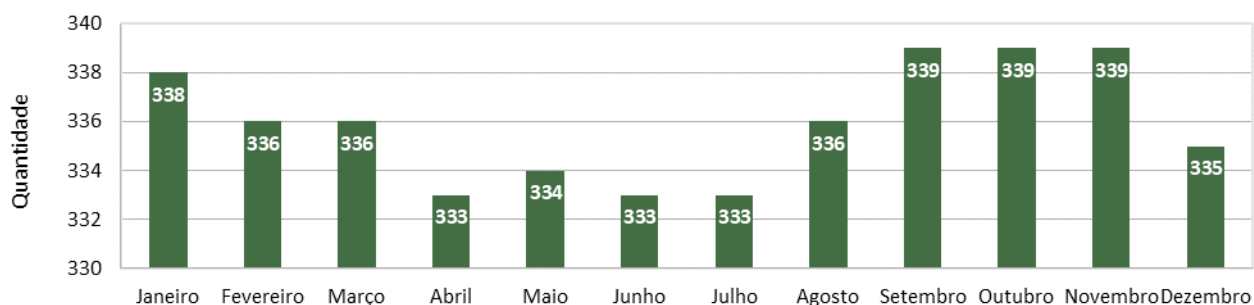
## Metas Físicas e Financeiras

A aferição das metas físicas e financeiras, obedecem a verticalização dos instrumentos de planejamento, desde o objetivo estratégico, passando pela ação de governo propriamente dita, programas contemplados, e por fim, os indicadores de resultados.

Portanto, o cumprimento da meta em si, depende muitas vezes de fatores condicionantes que norteiam o sistema estadual de planejamento e nem sempre o planejamento setorial.

### 5.1. Indicadores de Gestão

QUANTIDADE DE DEFENSORES POR MÊS



**Tabela 13** – QUANTIDADE DE DEFENSORES EM ATIVIDADE-FIM

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
QUANTIDADE	338	336	336	333	334	333	333	336	339	339	339	335

Fonte: Dados obtidos através do METABASE (*Business Intelligence*) e consolidados no sistema Nossa Defensoria em 09/06/2021. Lista de Defensores com atividades no Período de Janeiro á Dezembro de 2021.

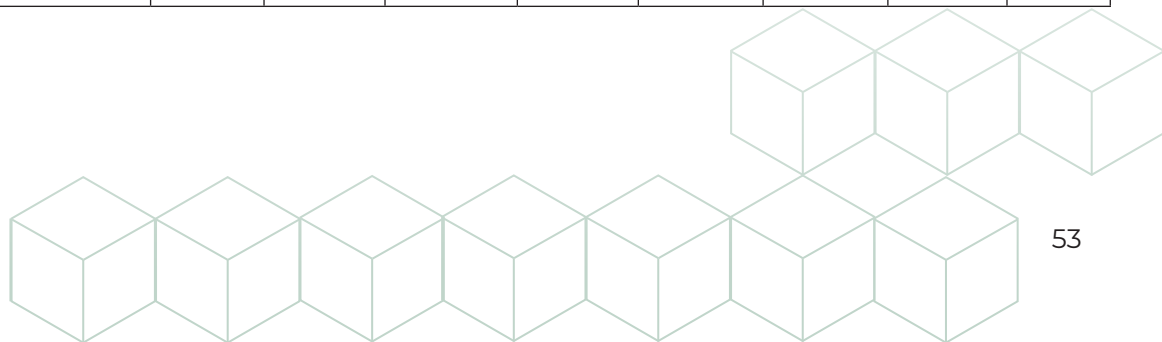


**Tabela 14 – GESTÃO POR RESULTADOS**

ATIVIDADE	NÚCLEO	FONTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
PROCEDIMENTOS	CAP+INTERIOR	ND + SIC + SIRDP + SOLAR	530.635	682.799	738.278	780.234	757.065	634.526	734.297
ACOLHIMENTOS	2 GRAU	ND	0	0	0	0	0	1.561	12.602
ACOLHIMENTOS	ACARAÚ	ND	0	0	0	0	0	242	1.195
ACOLHIMENTOS	ACOLHE	ND	0	0	0	0	96	545	66
ACOLHIMENTOS	ALO DEFENSORIA	ND	17.523	18.562	14.884	8.315	10.490	16.913	23.856
ACOLHIMENTOS	AQUIRAZ	ND	0	0	0	0	0	626	387
ACOLHIMENTOS	ARACATI	ND	0	0	1.920	0	0	1.420	8.252
ACOLHIMENTOS	BARBALHA	ND	0	0	0	0	0	264	107
ACOLHIMENTOS	BEBERIBE	ND	0	0	0	0	0	53	735
ACOLHIMENTOS	CAMOCIM	ND	0	0	0	0	0	52	26.810
ACOLHIMENTOS	CAUCAIA	ND	0	15.965	19.985	19.872	15.334	7.750	16.280
ACOLHIMENTOS	CÍVEL	ND	0	12.781	15.345	17.926	17.324	5.506	4.514
ACOLHIMENTOS	CONSUMIDOR	ND	0	0	0	0	0	1.912	1.476
ACOLHIMENTOS	CRATEÚS	ND	0	0	0	0	6	0	8.706
ACOLHIMENTOS	CRATO	ND	0	0	0	0	0	6.025	17.258
ACOLHIMENTOS	CRIMINAL	ND	0	0	23	161	565	11.897	0
ACOLHIMENTOS	DEF EM MOV	OUTROS	0	0	0	0	1.143	0	24.563
ACOLHIMENTOS	DONA DEDE	DONA DEDE	0	0	0	0	0	16.092	43.674
ACOLHIMENTOS	FAMÍLIA	ND	0	34.441	43.080	41.217	39.784	11.646	6.472
ACOLHIMENTOS	FAZENDA PUB	ND	0	0	0	0	0	2.687	104
ACOLHIMENTOS	HORIZONTE	ND	0	0	0	0	0	45	2.626
ACOLHIMENTOS	IDOSO	ND + SGA	0	0	0	7.388	7.770	2.148	6.994
ACOLHIMENTOS	IGUATU	ND	0	0	0	0	0	882	1.482
ACOLHIMENTOS	IPU	ND	0	0	0	0	0	192	10.686
ACOLHIMENTOS	JOAO XXIII	ND	0	0	736	6.560	6.641	7.844	20.795

## Relatório de Desempenho de Gestão - Janeiro a Dezembro de 2021

ACOLHIMENTOS	JUAZEIRO DO NORTE	ND	2.826	1.729	226	0	3.562	8.932	2.316
ACOLHIMENTOS	JUIZADOS ESPECIAIS	ND	0	0	0	0	0	849	8.037
ACOLHIMENTOS	MARACANAÚ	ND + SGA	0	0	908	7.620	10.084	2.667	1.903
ACOLHIMENTOS	MARANGUAPE	ND	0	0	0	0	1.443	399	301
ACOLHIMENTOS	MORADA NOVA	ND	0	0	0	0	0	45	3.879
ACOLHIMENTOS	MUCURIBE	ND	0	0	0	0	216	1.358	3.981
ACOLHIMENTOS	NADIJ	ND	0	0	776	1.459	1.559	2.613	0
ACOLHIMENTOS	NÃO INFO	-	0	0	0	0	0	12.715	24.641
ACOLHIMENTOS	NAPI	ND + SGA	41.424	63.658	74.595	47.834	41.621	13.540	0
ACOLHIMENTOS	NDHAC	-	0	0	0	0	0	1.525	3.722
ACOLHIMENTOS	NUAJA	ND	0	0	0	0	0	1.043	4.039
ACOLHIMENTOS	NUAPP	SIC	0	0	0	0	0	2.623	0
ACOLHIMENTOS	NUDECON	-	0	0	0	3.449	3.567	0	8.472
ACOLHIMENTOS	NUDEM	ND	0	0	3.983	0	0	3.005	24.061
ACOLHIMENTOS	NUDEP	SIC	0	0	14.476	15.625	16.619	32.189	23.542
ACOLHIMENTOS	NUDESA	ND + SGA	0	0	0	10.985	11.362	21.702	6.167
ACOLHIMENTOS	NUDESA-NAIS	ND	0	0	0	0	9.350	7.486	8
ACOLHIMENTOS	NUHAM	ND	0	0	0	0	0	137	5.875
ACOLHIMENTOS	NURDP	ND + SGA	0	0	0	6.086	4.502	2.406	11.812
ACOLHIMENTOS	NUSOL	ND + SGA	0	0	0	5.015	3.867	3.949	0
ACOLHIMENTOS	OFÍCIOS	-	0	0	0	0	663	0	0
ACOLHIMENTOS	OUVIDORIA	-	0	0	0	0	1.946	2.831	1
ACOLHIMENTOS	PACAJUS	ND	0	2.428	1.968	2.460	2.420	0	684
ACOLHIMENTOS	PACATUBA	ND	0	0	0	0	0	53	0
ACOLHIMENTOS	PSICOSSOCIAL	-	0	0	0	0	2.002	27.206	5.250
ACOLHIMENTOS	QUIXADÁ	ND	0	0	0	0	0	891	353
ACOLHIMENTOS	QUIXERAMOBIM	ND	0	0	0	0	0	194	1.975
ACOLHIMENTOS	RUSSAS	ND	0	0	0	0	0	326	26.225
ACOLHIMENTOS	SOBRAL	ND	806	0	3	0	16.226	7.844	1.548



ACOLHIMENTOS	SOBRAL-LAÇOS DE FAM	ND	0	0	0	0	0	1.528	5.429
ACOLHIMENTOS	SOBRAL-NUSOL	ND	0	0	0	0	0	432	
ACOLHIMENTOS	SUCESSÕES	ND	0	0	0	0	0	2.148	
<b>NPBD – Estimativa do número de pessoas beneficiadas diretamente</b>			<b>593.214</b>	<b>832.363</b>	<b>931.186</b>	<b>982.206</b>	<b>987.227</b>	<b>893.464</b>	<b>1.148.158</b>
<b>NPBI – Estimativa do número de pessoas beneficiadas indiretamente (NPBD * 3,6)</b>			<b>2.135.570</b>	<b>2.996.507</b>	<b>3.352.270</b>	<b>3.535.942</b>	<b>3.554.017</b>	<b>3.216.470</b>	<b>4.133.369</b>

Fonte: Dados obtidos através do METABASE (*Business Intelligence*) e consolidados no sistema Nossa Defensoria em 09/06/2021. Lista de Defensores com atividades no Período de Janeiro à Dezembro de 2021.

**Tabela 15 – INDICADORES DE GESTÃO POR RESULTADOS**

INDICADOR	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Número de Pessoas Beneficiadas Diretamente (NPBD)	593.214	832.363	931.186	982.206	987.227	893.464	1.148.158
Número de Pessoas Beneficiadas Indiretamente (NPBD * 3,6)	2.135.570	2.996.507	3.352.270	3.535.942	3.554.017	3.216.470	4.133.369
Média mensal de atendimentos	49.434	69.364	77.599	81.850	82.269	74.455	95.680
Quantidade de Defensores na atividade-fim	250	274	281	281	289	313	336
Produtividade média mensal dos Defensores	198	253	276	291	285	238	285
Valor total Empenhado da fonte Recursos Ordinários	109.216.099	115.941.407	132.199.627	149.947.344	165.055.003	179.793.512	182.983.191
Custo médio do Atendimento	184	139	142	153	167	201	159
População estimada	8.904.459	8.963.663	9.022.867	9.082.071	9.132.858	8.187.886	9.240.580
Habitantes por Defensor	35.594	32.734	32.110	32.311	31.611	29.370	27.509

Fontes:

(1) METABASE (*Business Intelligence*) calculado pelo sistema Nossa Defensoria;

(2) Calculado por meio da divisão do Orçamento Total da Fonte Recursos Ordinários pela Quantidade de Defensores na Atividade-Fim;

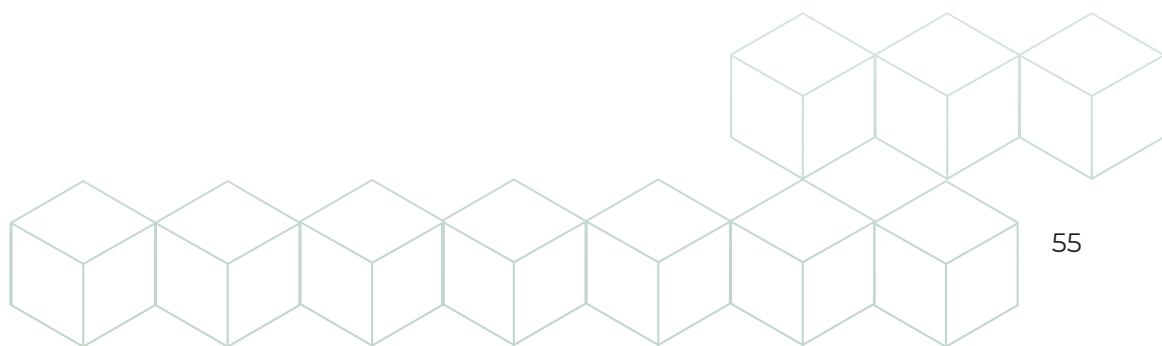
(3) Calculado por meio da divisão do número de pessoas beneficiadas diretamente (NPBD) pela quantidade de defensores, e este resultado dividido por 12 meses (Cálculo:  $(NPBD/Quant\ Defensores)/12$ );

(4) População estimada do estado do Ceará calculada por meio de regressão linear com base nos dados do IBGE de 2010 (8.452.381) e 2015 (8.904.459) obtidas no endereço: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?lang=&sigla=ce> em 04/05/2016 às 17:06);

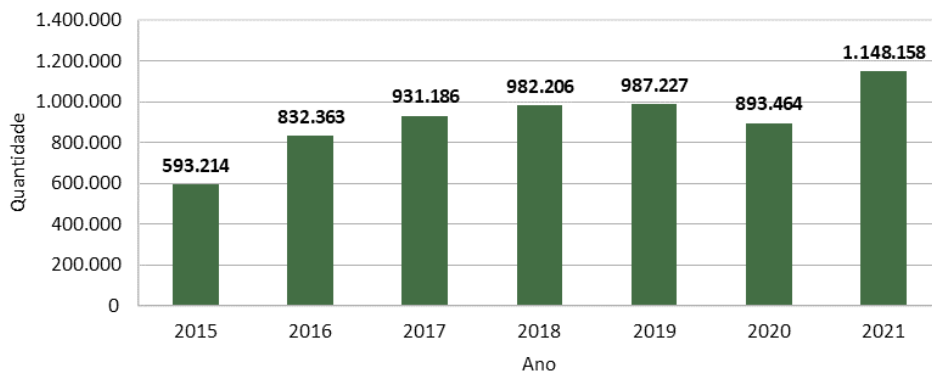
(5) Habitantes por Defensor público calculado pela divisão da População Estimada pela Quantidade de Defensores na Atividade-Fim;

(6) Calculado por meio da divisão do número de pessoas beneficiadas diretamente (NPBD) dividido por 12 meses (Cálculo:  $NPBD/12$ );

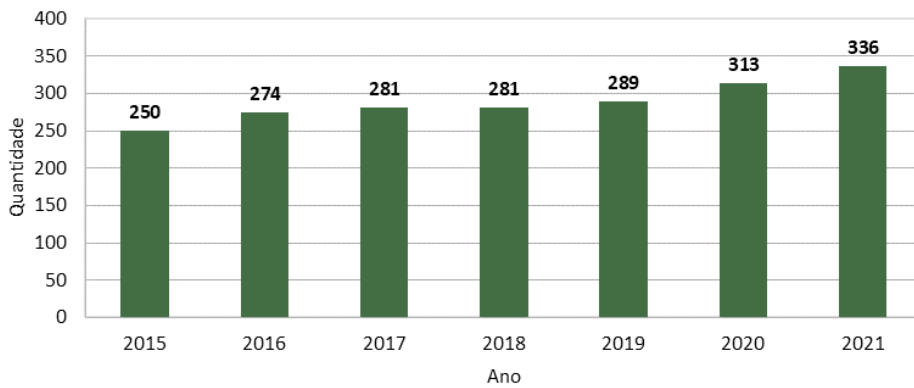
(7) Dados obtidos por meio do sistema SIOF/SEPLAG (Valor empenhado);



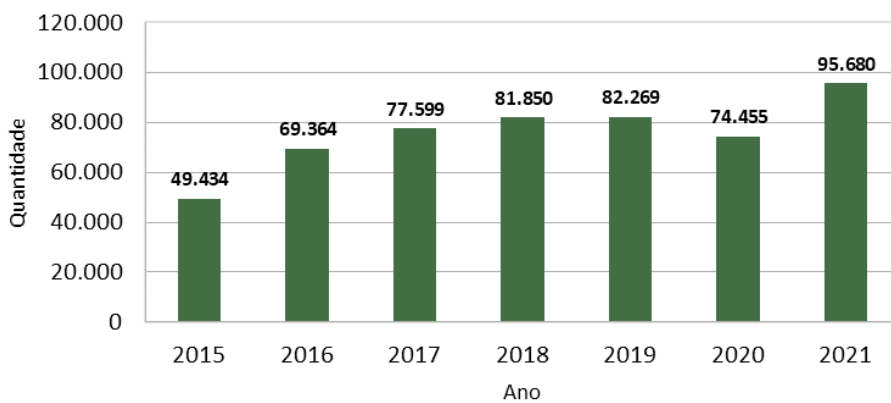
## PROCEDIMENTOS POR ANO



## MÉDIA MENSAL DE DEFENSORES NA ÁREA FIM

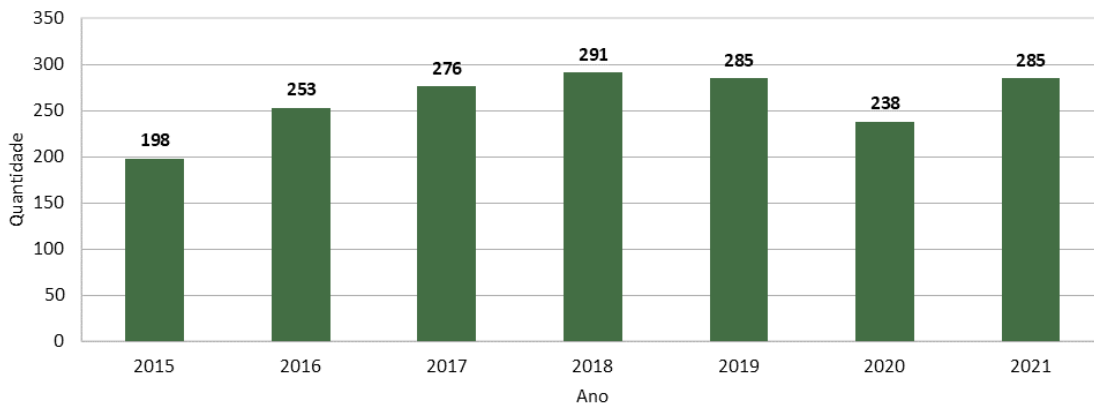


## MÉDIA MENSAL DE PROCEDIMENTOS POR ANO

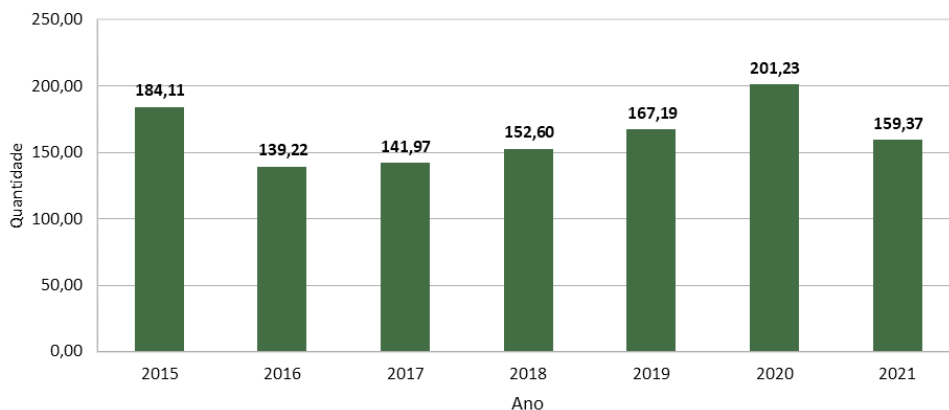




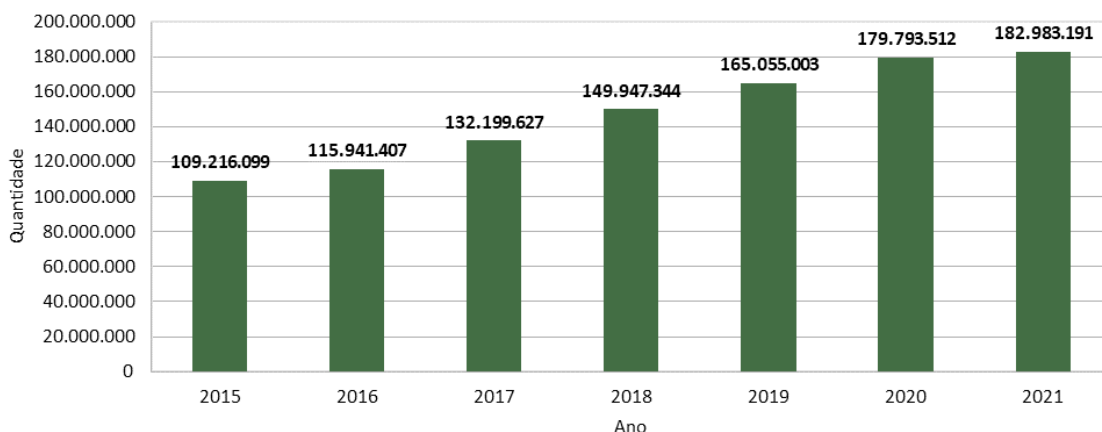
PROCEDIMENTOS POR DEFENSOR PÚBLICO



CUSTO MÉDIO DO PROCEDIMENTO POR ANO



VALOR EMPENHADO



## 5.2. Indicadores de Desempenho

### Indicadores de Eficiência

Nossos Indicadores de Eficiência foram construídos como as iniciativas prioritárias constantes no PPA 2020-2023, são elas:

#### **511.1.02 - Ampliação da prestação dos serviços de Assistência Jurídica Integral e Gratuita.**

##### **Produto: Unidade de Atendimento Implantada**

Execução Física:

Programado	Jan-Mar	Jan-Jun	Jan-Set	Jan-Dez
5	0	0	2	2

Fonte: Sistema SIMA – PPA 2020-2023

Execução Financeira:

Ação	Lei	Lei+Crédito		Pago	% Emp.	% Pago
21195 - CRIAÇÃO DE NÚCLEO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO EM DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	6.176,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10285 – IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO JURÍDICO	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>206.176,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel\\_20220419114538\[cvdljsnacmzg5gqilfatavae\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20220419114538[cvdljsnacmzg5gqilfatavae].PDF) 19/04/2022 às 11:45

##### **Produto: Núcleo de Atendimento Jurídico Implantado**

Execução Física:

Programado	Jan-Mar	Jan-Jun	Jan-Set	Jan-Dez
2	0	0	1	1

Fonte: Sistema SIMA – PPA 2020-2023

## Execução Financeira:

Ação	Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
10283 - IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ATENDIMENTO JURÍDICO	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21192 - AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO DESCENTRALIZADO DA DEFENSORIA DE FORTALEZA (BOM JARDIM)	18.970,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21191 - IMPLANTAÇÃO DO NOVO NÚCLEO CENTRAL DE ATENDIMENTO JURÍDICO DE FORTALEZA	10.897,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21197 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE NÚCLEOS DE DIREITOS HUMANOS DA DPGE	6.176,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21189 - CRIAÇÃO DE NÚCLEO DA DPGE/CRATO	18.970,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>555.013,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel\\_20220419114538\[cvdljsnacmzg5gqilfatavae\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20220419114538[cvdljsnacmzg5gqilfatavae].PDF) 19/04/2022 às 11:45

### 511.1.03 – Promoção da melhoria contínua na prestação dos serviços de assistência jurídica integral e gratuita

#### Produto: Evento Realizado

Execução Física:



Programado	Jan-Mar	Jan-Jun	Jan-Set	Jan-Dez
60	36	62	81	86

Fonte: Sistema SIMA – PPA 2020-2023

### Execução Financeira:

Ação	Lei	Lei+Crédito		Pago	% Emp.	% Pago
20166 – QUALIFICAÇÃO DAS EQUIPES DE ATENDIMENTO E DEFENSORES PÚBLICOS- OP	10.000,00	0,00	0,00	00	0,00	0,00
21205 - PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA	7.252,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21201 - EXECUÇÃO DE AÇÕES DESTINADAS A ESTIMULAR OS ASSISTIDOS PELA DPGE A FAZER O ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL	7.252,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20167 MELHORIA DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO E SINALIZAÇÃO - OP	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21199 - AMPLIAÇÃO DA AÇÕES DESENVOLVIDAS PELOS NÚCLEOS ESPECIALIZADOS DA DPGE NO SISTEMA PRISIONAL, COM FOCO NA PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA	7.252,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>41.756,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel\\_20220419114538\[cvd\]jsnacmzg5gqilfatavae\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20220419114538[cvd]jsnacmzg5gqilfatavae].PDF) 19/04/2022 às 11:45

**Produto: Profissional Capacitado**

Execução Física:

Programado	Jan-Mar	Jan-Jun	Jan-Set	Jan-Dez
2	0	1	2	5

Fonte: Sistema SIMA – PPA 2020-2023

Execução Financeira:

Ação	Lei	Lei+Crédito		Pago	% Emp.	% Pago
21196 - HUMANIZAÇÃO NO ATENDIMENTO DA DEFENSORIA, COM FOCO NO COMBATE AO RACISMO E À LGBTFOBIA	6.176,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21193 - QUALIFICAÇÃO DAS EQUIPES DE TREINA	6.176,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>12.352,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel\\_20220419114538\[cvdljnsacmzg5gqilfatavae\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20220419114538[cvdljnsacmzg5gqilfatavae].PDF) 19/04/2022 às 11:45**511.1.05 – Promoção da oferta itinerante de assistência jurídica integral e gratuita – Defensoria em Movimento.****Produto: Evento Realizado**

Execução Física:

Programado	Jan-Mar	Jan-Jun	Jan-Set	Jan-Dez
7	0	1	2	7

Fonte: Sistema SIMA – PPA 2020-2023



## Execução Financeira:

Ação	Lei	Lei+Crédito		Pago	% Emp.	% Pago
20058 - Atendimento Itinerante em Áreas de Povos e Comunidades Tradicionais.	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>200.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel\\_20220419114538\[cvdljsnacmzg5ggilfatavae\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20220419114538[cvdljsnacmzg5ggilfatavae].PDF) 19/04/2022 às 11:45

Essa medida possui estreita relação com produtividade, ou seja, o quanto se consegue produzir com os meios disponibilizados. Assim, a partir de um padrão ou referencial, a eficiência de um processo será tanto maior quanto mais produtos forem entregues com a mesma quantidade de insumos, ou os mesmos produtos e/ou serviços sejam obtidos com menor quantidade de recursos (MPOG, 2010).

O Indicador de Eficiência mede relações entre quantidade de produto e custo dos insumos ou características do processo, como o tempo de produção (TCU, 2011).

**Tabela 16** – INDICADOR DE EFICIÊNCIA COM BASE NAS INICIATIVAS DO PPA

Código	Iniciativa PPA 2020– 2023	Produto da Iniciativa			I (R\$/Unid) (B/A)
511.1.02	Ampliação da prestação dos serviços de Assistência Jurídica Integral e Gratuita.	Unidade de Atendimento Implantado	2	0	0
		Núcleo de Atendimento Jurídico Implantado	1	0	0
511.1.03	Promoção da melhoria contínua na prestação dos serviços de assistência jurídica integral e gratuita	Eventos Realizados	60	0	0
		Profissional Capacitado	5	0	0
511.1.05	Promoção da oferta itinerante de assistência jurídica integral e gratuita – Defensoria em Movimento.	Evento Realizado	7	0	0

Nota: As entregas realizadas para estas iniciativas foram executadas com recursos do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará – FAADEP.

### Indicadores de Eficácia

O indicador de eficácia aponta o grau com que um Programa atinge as metas e objetivos planejados, ou seja, uma vez estabelecido o referencial (linha de base) e as metas a serem alcançadas, utiliza-se indicadores de resultado para avaliar se estas foram atingidas ou superadas (MPOG, 2010).

O indicador de Eficácia mede quantidade de produto, alcance metas de entrega de bens e serviços (TCU, 2011).

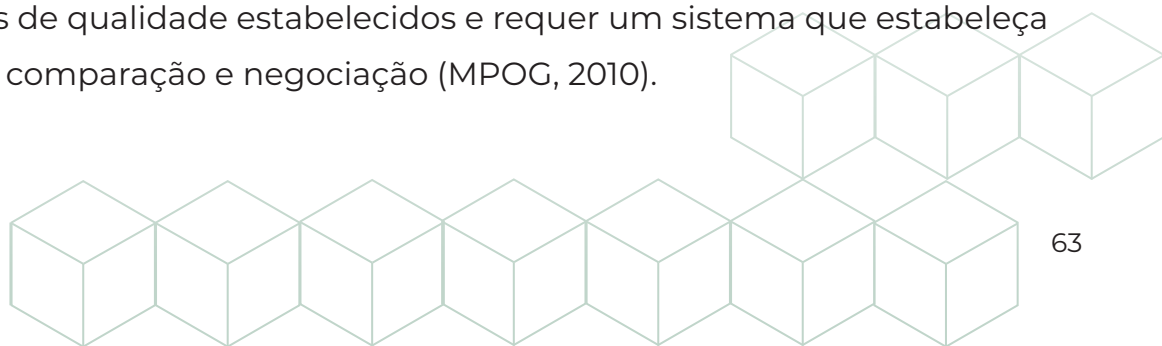
**Tabela 17** – INDICADOR DE EFICÁCIA COM BASE NAS INICIATIVAS DO PPA

Código	Iniciativa PPA 2020– 2023	Produto da Iniciativa		Realizado 2021 (B)	I (B/A)
511.1.02	Ampliação da prestação dos serviços de Assistência Jurídica Integral e Gratuita.	Unidade de Atendimento Implantado	5	2	0,40
		Núcleo de Atendimento Jurídico Implantado	2	1	0,50
511.1.03	Promoção da melhoria contínua na prestação dos serviços de assistência jurídica integral e gratuita	Eventos Realizados	60	86	1,43
		Profissional Capacitado	2	5	2,50
511.1.05	Promoção da oferta itinerante de assistência jurídica integral e gratuita – Defensoria em Movimento.	Evento Realizado	7	7	1,00

Nota: Devido a pandemia de Covid-19 e a impossibilidade de nomeação de novos defensores, não foi possível atingir 100% das metas programadas da iniciativa 511.1.02.

### Indicadores de Economicidade

Os indicadores de economicidade medem os gastos envolvidos na obtenção dos insumos (materiais, humanos, financeiros etc.) necessários às ações que produzirão os resultados planejados. Visa a minimizar custos sem comprometer os padrões de qualidade estabelecidos e requer um sistema que estabeleça referenciais de comparação e negociação (MPOG, 2010).



O indicador de economicidade mede o custo dos insumos e os recursos alocados para a atividade (TCU, 2011).

**Tabela 18** – INDICADOR DE ECONOMICIDADE COM BASE NAS INICIATIVAS DO PPA

Código	Iniciativa PPA 2020– 2023	Produto da Iniciativa	R\$ / Unid.	R\$ / Unid. Entregues 2021 (I)	% Indic. (I/Ia)
511.1.02	Ampliação da prestação dos serviços de Assistência Jurídica Integral e Gratuita.	Unidade de Atendimento Implantado	0	0	0
		Núcleo de Atendimento Jurídico Implantado	0	0	0
511.1.03	Promoção da melhoria contínua na prestação dos serviços de assistência jurídica integral e gratuita	Eventos Realizados	0	0	0
		Profissional Capacitado	0	0	0
511.1.05	Promoção da oferta itinerante de assistência jurídica integral e gratuita – Defensoria em Movimento.	Evento Realizado	0	0	0

Nota: As entregas realizadas para estas iniciativas foram executadas com recursos do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará – FAADEP.

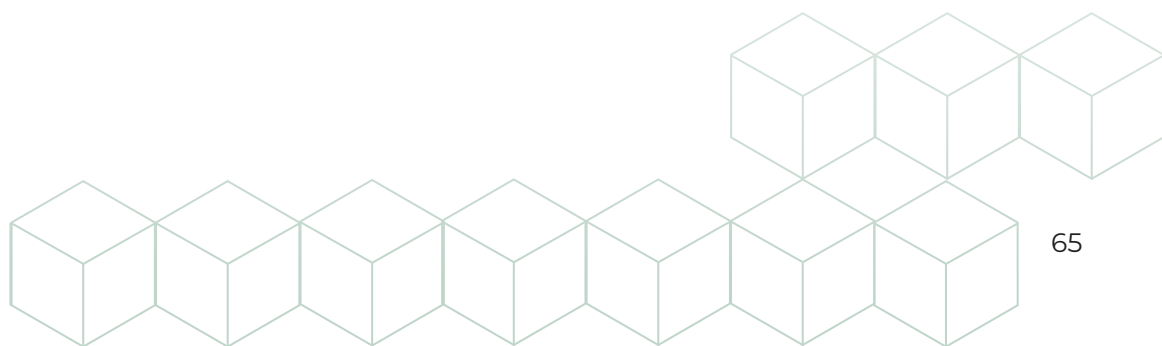


## 6. Demonstrativo de Fluxo Financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos individualizados, bem como a indicação de contrapartida estadual, se for o caso.

No ano de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento N° 15.2.0160.1 – BNDES no valor de R\$ 10.888.888,90 (dez milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e oitenta e oito reais e noventa centavos) e o valor de Contrapartida do Tesouro Estadual de R\$ 4.666.666,10 (quatro milhões e seiscentos e sessenta e seis mil e seiscentos e sessenta reais e dez centavos), totalizando o valor global de R\$ 15.555.555,00 (quinze milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil e quinhentos e cinquenta e cinco reais) no qual é destinado a apoiar a modernização da Administração Geral e Patrimonial da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará.

O Projeto de Modernização da Defensoria tem como objetivo principal a modernização e o aprimoramento contínuo da gestão pública praticada pela Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará (DPGE) e a operacionalização de suas atividades, através de projetos e ações que melhorem o atendimento ao público e permitam maior efetividade e transparência administrativa. Os principais resultados esperados são:

- Fortalecimento da cultura de planejamento;
- Maior nível de transparência administrativa;
- Decisões embasadas no gerenciamento mais eficiente de informações;
- Gestão, integração e guarda, adequadas e seguras, das informações de estratégicas e de negócio;





- Maior qualidade nos processos de negócio, apoio e controle;
- Implantação de uma cultura de gestão dos processos de negócio;
- Fortalecimento da gestão de TIC;
- Renovação do Parque Tecnológico;
- Adequação da infraestrutura tecnológica da Sede e das Unidades da DPGE às melhores práticas de gestão e segurança, de informação e ativos, de acordo com a realidade e representatividade estratégica de cada unidade;
- Unificação e padronização da plataforma tecnológica e do ambiente de desenvolvimento, para construção e manutenção, de soluções de software;
- Especialização e qualificação da equipe de TIC gerenciada de acordo com as necessidades, objetivos e competências organizacionais.

**O Projeto de Modernização encontra-se dividido conforme tabela abaixo:**

Tipo de Projeto	Projetos
Aperfeiçoamento da Gestão e Operacionalização de TIC	PGTIC - Aperfeiçoamento das Políticas, Procedimentos e Padrões de TIC
Aperfeiçoamento e adequação da infraestrutura TI	PINFRA1 – Adequação da Estrutura do Centro de Dados da Sede
	PINFRA2 – Readequação e instalação de Cabeamento Estruturado
	PINFRA3 – Atualização Tecnológica e Instalação de Ativos de Rede
	PINFRA4 – Renovação e Ampliação do Parque Tecnológico, Backup e Virtualização
Aperfeiçoamento e adequação dos sistemas e soluções de software	PSOFTW – Implantação de solução de Processos de Negócio
Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	PCONSRH - Consultoria organizacional, gestão de pessoas e desenvolvimento de recursos humanos
Aperfeiçoamento e adequação da infraestrutura	PREF1 – Reforma, ampliação, equipagem e modernização do Núcleo João XXIII
	PREF2 – Reforma, equipagem e modernização do Núcleo da Defensoria Pública - Av. Senador Virgílio Távora



No ano de 2019 houve o primeiro desembolso financeiro no valor de R\$ 1.559.118,85 (um milhão e quinhentos e cinquenta e nove mil e cento e dezoito reais e oitenta e cinco centavos), em 2020 não foram realizados desembolsos financeiros, já em 2021 foi desembolsado o total de R\$ 3.885.720,53 (três milhões e oitocentos e oitenta e cinco mil e setecentos e vinte reais e cinquenta e três centavos) restando um saldo a ser repassado pelo agente financeiro BNDES no total de R\$ 5.444.049,27 (cinco milhões e quatrocentos e quarenta e quatro mil e quarenta e nove reais e vinte e sete centavos) conforme demonstrado na tabela a seguir.

**Tabela 19** – Desembolsos Financeiros BNDES

Fonte BNDES	2018(a)	2019(b)	2020(c)	2021(d)	Total (a+b+c+d)	%	Valor Previsto	Saldo a realizar	% a Realizar
<b>Valor:</b>	0,00	1.559.118,85	0,00	3.885.720,53	5.444.839,38	50%	10.888.888,65	5.444.049,27	50%

Com relação as contrapartidas com recursos do Tesouro Estadual o BNDES autorizou que sejam utilizadas as despesas relacionadas com os Projetos do PMAE a partir do ano de 2014, no qual foi aprovada a Carta Consulta referente ao projeto. No ano de 2020 foi realizado o valor total de R\$ 269.250,00 (duzentos e sessenta e nove mil e duzentos e cinquenta reais) referente a contrapartida do Tesouro Estadual resultando assim no valor realizado acumulado de R\$ 4.804.948,76 (quatro milhões e oitocentos e quatro mil e novecentos e quarenta e oito reais e setenta e seis centavos) de contrapartida do Tesouro Estadual, conseguindo assim superar o valor da contrapartida exigida no valor R\$ 4.666.666,00 (quatro milhões e seiscentos e sessenta e seis mil e seiscentos e sessenta e seis reais) conforme apresentado na tabela abaixo:



**Tabela 20** – Contrapartida realizada no Projeto PMAE\_DPGE

CONTRAPARTIDA REALIZADA	
ANO	VALOR
2014	172.183,65
2015	574.944,10
2016	328.000,00
2017	700.399,00
2018	1.343.346,99
2019	1.416.825,02
2020	269.250,00
<b>Total:</b>	<b>4.804.948,76</b>
<b>Total Previstos:</b>	<b>4.666.666,00</b>
<b>Contrapartida Realizada:</b>	<b>102,96%</b>

No ano de 2021 foram executados com recursos Fonte BNDES o valor total de R\$ 2.089.682,72 (dois milhões e oitenta e nove mil e seiscentos e oitenta e dois reais e setenta e dois centavos), tendo como valor total executado com recursos Fonte BNDES no projeto o montante de R\$ 3.367.367,52 (três milhões e trezentos e sessenta e sete mil e trezentos e sessenta e sete reais e cinquenta e dois centavos) restando um saldo a executar de R\$ 7.521.521,38 (sete milhões e quinhentos e vinte e um mil e quinhentos e vinte e um reais e trinta e oito centavos) conforme apresentado na tabela abaixo:

**Tabela 21** – Recursos Fonte BNDES realizado Projeto PMAE\_DPGE


RECURSOS FONTE BNDES	
ANO	VALOR
2019	770.841,74
2020	506.843,06
2021	2.089.682,72
<b>Total:</b>	<b>3.367.367,52</b>
<b>Total Previsto no Projeto</b>	<b>10.888.888,90</b>
<b>Saldo a Realizar:</b>	<b>7.521.521,38</b>

## 7. Demonstrativo das transferências de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou instrumentos congêneres;

Para o exercício de 2021 a Defensoria Pública do Estado do Ceará firmou convênio de N° 917424/2021 com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no qual não foram realizadas transferências de recursos

Fonte: Gerência Financeira DPGE em 06/05/2022.





## **8. Relatório de desempenho de gestão dos órgãos ou entidades supervisoras que mantenham contrato de gestão com organizações sociais na forma da Lei 12.781/97, bem como relatórios gerencial e de atividades;**

A Defensoria Pública do Estado do Ceará não possuiu, no exercício de 2021, Contratos de Gestão com Organizações Sociais na forma da Lei 12.781/97.

Fonte: Gerência Financeira DPGE em 06/05/2022.

## **9. Conclusão**

Uma Instituição que pensa e planeja suas ações proporciona à sociedade, membros, servidores e colaboradores uma plena visibilidade de sua atuação, com descrições claras de seus propósitos a atingir e um referencial para a avaliação dos resultados obtidos.

A busca da eficiência e eficácia no atendimento de sua missão constitucional exigem da Defensoria Pública do Estado do Ceará a capacidade de pôr em prática mudanças contínuas e um planejamento de ações que levem a melhor qualidade dos serviços oferecidos ao cidadão hipossuficiente.

Em 2021, a permanência da conjuntura pandêmica em boa parte do ano impôs desafios contínuos e expôs uma grande capacidade de resiliência. A Defensoria Pública procurou trabalhar seu planejamento institucional de forma participativa entre seus membros e a sociedade civil (com a realização do VI Orçamento Participativo) o que lhe propiciou plena visibilidade e uma responsabilização efetivamente democrática de sua atual gestão.

Para definir suas diretrizes, objetivos e metas de atendimento das demandas da Instituição e no processo participativo, mais do que nunca, foi importante o envolvimento de todos nas decisões, execuções e acompanhamento das ações a serem empreendidas, a fim de se evitar que o planejamento seja encarado apenas como cumprimento de uma mera formalidade administrativa.

Conforme podemos observar na Tabela 1 - MATRIZ DE INDICADORES E MONITORAMENTO DOS PROJETOS PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DPGE 2020-2021, a Defensoria conseguiu atingir uma média de execução de 46% dos projetos planejados no Planejamento Estratégico 2020-2021.

Em 2021, cerca de mais de 1.148.158 pessoas foram beneficiadas, conforme Tabela 15 –GESTÃO POR RESULTADOS. Esse número foi fruto de um contínuo esforço da administração da defensoria em implementar novos meios de atendimento da população, seja pelo aumento do número de linhas telefônicas, seja pela implementação de novos sistemas virtuais de atendimento e melhoria da estrutura de TI.

Na tabela 16 podemos observar que em 2020 haviam cerca de 29.370 habitantes por defensor, observando-se uma diminuição no número da população por defensor em 2021 este número chegou a 27.509 habitantes por defensor. Ou seja, mais defensores o que significa serviços de maior excelência prestados.

A sociedade continuamente passa a exigir mais e melhores serviços, respeito à cidadania, transparência, moralidade e efetividade no uso dos recursos públicos e a Defensoria Pública tem buscado ser ágil na resposta aos anseios da população carente do nosso Estado e no cumprimento de sua importante missão institucional.

Integração com a sociedade, buscando desenvolver ações conjuntas com os diversos segmentos da comunidade, objetivando garantir, defender e ficar alerta quanto aos direitos de cidadania e dignidade do ser humano tem sido uma das principais metas da DPGE nos últimos anos. Sem descuidar, é claro, da adoção de uma postura receptiva e participativa entre membros da Defensoria





Pública e segmentos da sociedade, visando o fortalecimento de sua imagem institucional.

Cumprir com celeridade, transparência e eficácia as atribuições que lhe são conferidas por lei, buscando a consolidação da cidadania e defesa do interesse dos mais necessitados, tem sido o vértice da atual administração da Defensoria.

Com respaldo nos atuais investimentos busca-se atuar, com efetiva prioridade, nas áreas que representam demandas advindas de nossa realidade local, tais como: a proteção aos direitos do consumidor, a saúde, a educação, a infância e juventude, idoso, mulher em situação de violência, às pessoas recolhidas ao cárcere, bem como desenvolver ações nas áreas criminal, cível e de família.

A partir da adoção de diretrizes estratégicas, desdobradas em objetivos, a Defensoria Pública Geral do Estado tem buscado de forma efetiva o cumprimento de sua missão constitucional, sendo certo que a consecução de tais fins já se fazem sentir nas estatísticas decorrentes do trabalho por esta desenvolvido em prol da população mais carente do Ceará.



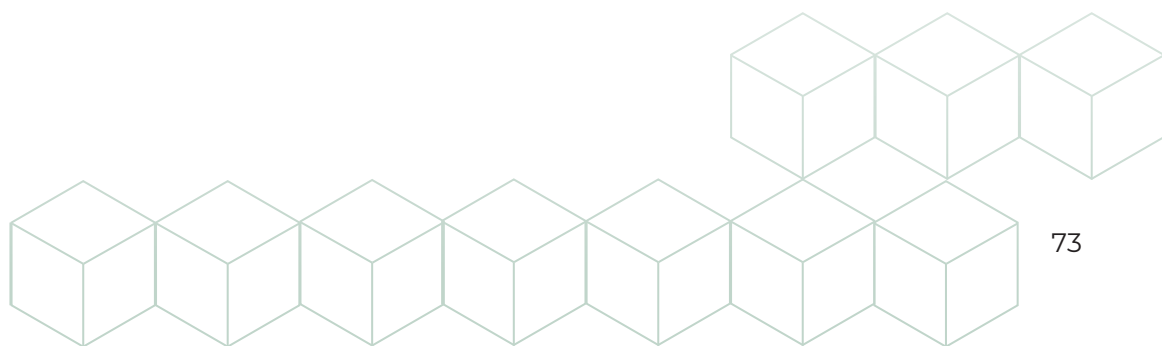


## 10. Referências Bibliográficas

DPGE – Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2020-2021. Fortaleza. 2020. Disponível em: <https://www.defensoria.ce.def.br/wp-content/uploads/2020/02/Plano-Geral-de-Atua----o-2020-2021.pdf>

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). INDICADORES DE PROGRAMAS - Guia Metodológico. Brasília, Março/2010. Download em: [http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/publicacoes/100324\\_indicadores\\_programas-guia\\_metodologico.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/publicacoes/100324_indicadores_programas-guia_metodologico.pdf) no dia 02/05/2016 às 10:13;

TCU - Tribunal de Contas da União. TÉCNICA DE INDICADORES DE DESEMPENHO PARA AUDITÓRIAS, Brasília, 11/01/2011 - ano XLIV – N°3, disponível em <http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A14D-78C1F1014D7957D0D84565> em 03/05/2016 às 09:42.



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO CEARÁ

